

Transcrição de vídeo - Ciclo de Debates

Mesa 3 - Infraestrutura e Meio Ambiente

30 de outubro de 2023

Mariana Cavalcanti: [recuperar o início da fala] atua na coordenação de gestão e processos do projeto socioambiental Rede Favela Sustentável pela Comunidades Catalisadoras. Outra instituição que eu fui conselheira, fico feliz. Gisele é pesquisadora no Perisi: ecologia, conhecimento e democracia pela Ciência Ambiental na UFF, é Co-fundadora do Núcleo Preto da Ciência Ambiental; empreendedora e crocheteira pela Crochê Orgânico. Olha só, gente, maravilhosa. Maria ainda não chegou, né? Então passamos aqui para a Juliana Coutinho da Visão Coop. Juliana é pesquisadora e historiadora e moradora do Complexo da Torre, defende os direitos humanos como secretária do Conselho de Meio Ambiente de Queimados e atuou como presidente do Conselho Municipal da Criança e Adolescente, coordenadora de Comunidades Ecologia na Visão Coop que é um laboratório cívico de tecnologia sociais digitais e verdes que constroem a cultura sustentável através das memórias da Baixada Fluminense. Faz parte do movimento Mulheres Negras Decidem, faz parte da rede de sementes do Instituto Marielle Franco. Apresentadora do filme "Como sobreviver ao racismo ambiental", constrói a Agenda Queimados 2030 como articuladora por justiça climática e contra o racismo ambiental, faz parte do Conselho de Juventude pelo clima e meio ambiente, ajudou a fundar a rede contra fome num mundo melhor. Atualmente, é pesquisadora e mobilizadora da Ação da Cidadania e luta pelo fim da insegurança alimentar. Integrante do coletivo Coalizão O Clima de Mudança. Foi educadora popular na rede municipal de Queimados e diretora de serviços financeiros e projetos da Apae Queimados. Não, gente. É emocionante, né? O próximo é Vitor Mihessen, que é economista, formado na UFRJ, mestre pela UFF, especialista em Políticas Públicas, Conselheiro Municipal, eu não sabia disso, de Transporte e Indicadores do Instituto Pereira Passos, da prefeitura. Compõe os conselhos diversas organizações, como o CIEDS, Mobiliza Japeri, Subúrbios, Simbiosc, Instituto Santa Cruz Sustentável e Agenda Realengo 2030. Coordenador Geral da Casa Fluminense. E eu queria também chamar a Shirley Rosendo, da Redes da Maré. Shirley é doutoranda em Educação pela UFRJ e mestre em Educação pela mesma instituição. Graduada em pedagogia pela faculdade de formação de professores da UERJ, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Escola, Trabalho e Território: Elementos para a compreensão dos modos de transição pela Vida Adulta de jovens em defasagem escolar do Rio de Janeiro. Coordenou o setor de mobilização do Censo Maré em 2010. Entre 2010 e 13 coordenou o projeto A Maré que Queremos da Redes da Maré. De 17 a 21, coordenou o setor

de Setor de Mobilização do Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes de Desenvolvimento da Maré, também nesse período coordenou o Fórum Basta de Violência Outra Maré é Possível. Tem experiência na área de educação, do lattes isso aí eu não vou nem ler porque aquele finalzinho do lattes que entrega de onde eu tirei a minha cola aqui, né? Com a chegada da Maria a mesa se completa. Eu passo a palavra para vocês.

Gisele Moura: Olá gente, boa noite. Bom, primeiro eu queria agradecer a todos e a UERJ e esse espaço aqui das Ciências Sociais pela, acho que todo o espaço de abrir diálogo sobre produção de conhecimento e memória nas favelas, né? E daí, para mim é uma alegria muito grande estar aqui representando a Rede. Eu sou Gisele Moura, vocês ouviram falar um pouquinho de mim, mas eu queria antes de começar a abrir a mesa, falar rapidamente um pouco sobre a Rede Favela Sustentável e o porquê também eu estou aqui. Eu estou aqui em nome de uma articulação muito grande de projetos de favelas, socioambientais de favela, são mais de 120 projetos mapeados, atuantes em mais de 127 favelas do Rio de Janeiro e são mais de 400, mais de 400 integrantes dessa Rede que conta com mobilizadores de favelas, moradores, aliados técnicos que atuam em favela e voluntários. É um prazer estar aqui, até porque a Rede vem de um ciclo de pensar tanto a memória climática nas favelas, como também na justiça hídrica e energética, gerando dados e conhecimento, pensando na importância da favela gerar dados para a própria favela e entendendo a lacuna que é pensar em dados nas favelas, né? A gente viu a partir do Covid, onde a Comunidades Catalisadoras formou um Painel Unificador de favelas e daí eram vários coletivos pensando, monitorando e mapeando os dados de Covid nas favelas. Depois disso, isso cresceu para pensar as questões de acesso, qualidade, eficiência de água e luz em 15 territórios, em 15 favelas diferentes e isso gerou uma série com 17 relatórios. Alguns deles foram matéria de jornal e manchete na TV sobre pobreza energética, sobre a lacuna a respeito da tarifa básica, enfim. Então estou aqui hoje mediando, muito mais para ouvir o pessoal falar, mas também vou dar uns palpites, umas coisinhas aí. Bom, eu acho que só para refletir um pouquinho antes de passar a palavra, assim, enquanto Cientista Ambiental, não sei, eu bebi um pouquinho da água de Sociais com Latour e daí o Latour fala que o social precisa ser composto e daí eu acho que eu trago aqui uma reflexão para pensar que as favelas precisam ser compostas. Quando a gente fala de favela, a gente não está falando de uma terminologia que é dada, um conceito dado, elas são, têm sua, tem inúmeras favelas, só de pensar no Rio de Janeiro são inúmeras, cada uma com a sua forma. E como a memória ela é ponte e traz esse conhecimento que às vezes não está dado no espaço acadêmico, em livros ou de outras formas que a gente costuma entender como

produção de conhecimento, dado simples, né? Então, passando aqui, queria começar a ouvir um pouquinho só para todo mundo saber. A mesa conta com 15 a 20 minutos de fala inicial, onde vocês ficam livres e depois têm 3 rodadas de perguntas, está bom? Então, Juliana da Visão Coop pode começar.

Juliana Coutinho: Oi, gente. Prazer, meu nome é Juliana, como foi apresentado. Pegando um pouco do gancho, não vou falar muito sobre a minha construção pessoal assim, mas na nossa construção coletiva de como a favela dentro dos territórios marginalizados se movimentam. Entender que a favela não é algo linear. Cada um, cada favela tem suas dinâmicas, tem as suas potencialidades, tem as suas dificuldades. E quando a gente pensa a nível Baixada Fluminense, que é onde, onde é a minha realidade, é onde a gente consegue entender as dinâmicas do território, a gente começa a compreender que o assunto de meio ambiente é um assunto muito voltado para a área técnica, né? É sempre muito concentrado dentro desse setor técnico. O que a gente, a proposta que a Visão tem dentro do que a gente aprendeu, porque a Visão, ela é uma organização que pensa no impacto e dos resultados desse impacto, porque a gente vivencia esses resultados, né? A gente começou a entender as dinâmicas desse território que é o nosso e eu, quando eu falo do território, falo a nível Baixada Fluminense, porque a gente tem dinâmicas diferentes de cada município, mas é uma região que ela vivencia umas problemáticas muito específicas como a mobilidade urbana, como a falta de saneamento e como a falta de contrapartida dentro da questão de água que é uma questão muito importante para a gente, porque a bacia hidrográfica do Guandu fica na Baixada Fluminense, ela se localiza na Baixada e a gente da Baixada não tem uma água de qualidade e quando se tem água. Então a gente, quando a gente pensa dessa forma, a gente consegue entender o quanto o racismo ambiental perpassa por essas pessoas. Por quê? Porque quando a gente vê um lugar favelizado, quando a gente olha um lugar favelizado, majoritariamente são pessoas pretas, são também, têm pessoas indígenas que acho que é muito importante a gente entender isso e colocar isso como uma realidade também. E aí essas pessoas sofrem violências, nós sofremos violências e aí essa falta de acesso gerou incômodo na galera que se colocou para poder estar se organizando e fazer um laboratório. Então a gente também entendeu que os dados nesse processo são cruciais, porque a gente precisa de uma validação para poder fazer cobrança dentro do poder público. Então, como a realidade que condiz que é voltado pelos setores da prefeitura, que são áreas responsáveis por fazer essa geração de dados, não nos inclui dentro desse processo. Então eles geram os dados que seriam favoráveis a eles e a gente como sociedade civil nunca é incluída, favela nunca é incluída dentro desses dados, em

cima da realidade mesmo. Então a gente entendeu, montamos uma cartilha, iniciamos com a Agenda Queimados que foi onde a gente conseguiu entender de dinâmicas de território, conseguimos entender quais são as dificuldades e as virtudes desse território e ali a gente começou a entender que uma grande falha dentro do nosso município era a questão do saneamento básico, porque o saneamento básico em si é a principal dinâmica, é a principal dinâmica do território que faz com que o território não consiga ter outros tipos de acesso. Vou dar um exemplo: em determinados bairros não conseguem ter mobilidade urbana e não tem acesso dentro desse bairro. Então, por exemplo, o bairro que mais sofre com enchentes é o bairro de Piabas, que é onde estão os dois rios de Queimados se encontram, que é o Camorim e Abel e torna o Rio Queimados. Nesse bairro, eles têm uma grande dificuldade, a galera desse bairro tem dificuldade de sair quando chove, porque faz poças gigantes, o ônibus não entra, aí as crianças ficam sem ir para a escola, a galera que precisa ir ao médico não consegue ir ao médico, a galera que precisa fazer compras não consegue sair desse território. Todo mundo fica completamente ilhado e aí a gente vê que a falta de saneamento básico perpassa por toda a questão de mobilidade urbana, de saúde, educação e todas as outras pastas. E aí a gente viu que esse ponto era um ponto inicial para se pensar em política pública. Decidimos, como organização, adentrar os espaços públicos, como os Conselhos, e o Conselho de Meio Ambiente foi crucial para esse processo. A gente conseguiu montar uma cartilha de saneamento, nesse processo de cartilha de saneamento a gente montou um diagnóstico, incidimos como conselheiros dentro do Conselho Municipal de Meio Ambiente e a gente conseguiu um resultado positivo a partir disso, porque a gente conseguiu estabelecer dados concretos. A gente provou exatamente o que a gente estava falando. Então, ali a gente viu a forma que a gente podia de fato adiar um pouco o fim do mundo, porque assim, infelizmente, não vim trazer uma mensagem muito positiva. A gente está no caos. Saímos da questão do aquecimento global, estamos na evolução global. A gente tem prazo de vida e quando a gente fala prazo de vida é prazo mesmo, né? De acordo com os dados, a gente tem 40 anos de existência até que os desastres ambientais afetem todas as pessoas. Então assim, a gente tem um prazo para poder agir. E hoje, está aqui dentro de uma universidade pautando justiça climática do viés popular é interessante porque a gente precisa que as universidades também devolvam para os territórios. Eu, como também bebi um pouco da água de filosofia e sociologia, sou cria do Nêgo Bispo, porque o Nêgo Bispo foi o cara que me ensinou a ter orgulho de ser da roça, porque Queimados é uma área que tem uma área rural muito grande e para nós que somos dessa área a gente tem uma dificuldade de se entender esse lugar e entender as virtudes desse lugar por conta da falta de estrutura. E eu acho que é muito

importante quando a gente pensa em estrutura, a gente pensar em uma estrutura sustentável mesmo, pautando desde a engenharia civil até a perspectiva de preservação ambiental, porque isso é voltado para a nossa dignidade humana e também é voltado para uma perspectiva de adiar um pouco o fim do mundo. Então acho que essa questão dos filósofos que eu costumo falar que geram o meu ori que vem dentro de Ailton Krenak, que vem Nêgo Bispo, vem a Conceição Evaristo com a escrevivência dela que traz essa perspectiva do território em si. Eu acho que é muito importante a gente perpassar por esses lugares e entender que essa dinâmica elas são adversas, mas no final das contas todo o mundo sofre com as consequências. Quando a gente fala de racismo ambiental, a gente está falando que nós vamos sofrer as consequências primeiro e é por isso que a gente está agindo e está pautando essas necessidades. A gente está num processo que vai chegar o verão e o Rio de Janeiro vai virar um caos. Isso é real. Isso vai acontecer. E aí, como que a gente pensa nessa perspectiva para poder conseguir reduzir esses danos? Para poder concluir a minha fala, eu queria também chamar um pouco a galera para a ação. Vou disponibilizar meu celular para a galera que tem dificuldades nos seus territórios, que sofrem com enchentes. A gente também montou uma brigada para enchente de como você pode combater as enchentes antes, durante e depois, porque ele é um processo e dentro desse processo existe algo chamado ansiedade climática, que são as pessoas que sofrem esses impactos frequentemente, não conseguem se recuperar, né? Não dá tempo de você recuperar os seus próprios pertences, porque é enchente em cima de enchente. Então, se você comprou um fogão agora para você, aí você perde o fogão de novo até você conseguir comprar outro fogão você ainda tá pagando um. Então todas essas dinâmicas do território que são favelizados acaba perpassando pela questão de racismo ambiental. A gente pensar dentro do dentro da pauta de justiça climática e ambiental é um, hoje, Andréa Coutinho, ela fala que a pauta de justiça climática não é uma pauta técnica, mas uma pauta de desenvolvimento também. Então a técnica precisa existir porque a técnica vai auxiliar dentro dos processos de como a gente vai agir, mas a gente sabe também que as grandes tecnologias vêm da ancestralidade, por isso que é tão importante a gente entender o território, escutar os mais velhos, saber qual a dinâmica que os mais velhos estão usando esse território para poder sobreviver, porque a galera tem. A gente descobriu dentro da cartilha que a gente construiu, que os próprios moradores, inclusive do filme também, “Como sobreviver ao racismo ambiental”, os próprios moradores têm a tecnologia para poder resolver o problema, porque eles vivenciam tanto esse problema que alguma forma eles param e pensam “poxa, será que eu vou conseguir algum momento resolver, porque eu tenho aqui as soluções”. E as soluções que eles disseram foram as soluções que a gente colocou dentro da cartilha, foram as

soluções que a gente levou para o governo e foram as soluções que foram implementadas. E que a gente viu pelas chuvas anteriores que a gente não sofreu as consequências de uma forma tão impactada. Então assim, a galera da favela tem, é técnica. Eu acho que isso é muito maneiro também dizer, galera da favela está pautando tecnologia de ponta, por isso que a gente abraça a tecnologia para poder mostrar que a tecnologia não é boa ou ruim, ela é só uma ferramenta. Quem utiliza ela, quem pega essa ferramenta que pode ser uma pessoa boa ou uma pessoa ruim ou pode entrar dentro dos seus interesses ou pode contemplar a sociedade de uma forma geral. Mas o quanto é importante a gente pensar na perspectiva de futuro partindo dessa sabedoria dos moradores, porque não adianta a gente querer vender um curso de agroecologia para o cara que é lavrador, tentaram fazer isso com o Nêgo Bispo. Então, tipo assim, é isso, eles têm a solução e às vezes reconhecer essas soluções e potencializar é o que a gente vai conseguir de fato fazer com que adie o fim do mundo, assim. Um pouco da minha perspectiva.

Gisele Moura: Obrigada, Ju! Rapidinho, só antes de chamar o Vitor para falar, eu queria chamar a Maria Ribeiro para compor a mesa. Maria Ribeiro é moradora do Complexo da Maré, cursa Produção Cultural no IFRJ de Nilópolis e trabalha há 8 anos como comunicadora popular. É ativista climática pela Coalizão O Clima é de Mudança e pelo programa Jovens Negociadores pelo Clima. Atualmente trabalha como gestora de redes sociais, produtora de conteúdo e mobilizadora territorial no CocôZap, projeto sobre saneamento básico do data_labe. Eu vou passar para o Vitor e depois volto para você, tá bom? Então Vitor pode abrir sua fala.

Vitor Mihessen: Tá bem, Gi, obrigado. Gente, preparei ali uma apresentação para, boa noite, acho que são muitas referências aqui nessa mesa, muita coisa que vou apresentar passa por essa mesa aqui, coisa que a gente fez juntos, especialmente. Agradecer o convite aí Palloma, Thaís também, enfim, as pessoas aí referências Mariana, a fundadora da Casa Fluminense. E está aqui nessa Instituição também, que, enfim, eu estudei aqui na escola.

Mariana Cavalcanti: Está faltando você vir estudar aqui na UERJ em algum momento.

Vitor Mihessen: Pois é. Mas na escola, inclusive a Larissa Amorim que coordena a Casa hoje juntos, a gente estudou no Colégio de Aplicação da UERJ, então assim, muita coisa. Enfim, agradecer também a Ju, a Ju Batista, parceira na Agenda Realengo. Então, vou falar a partir desses chapéus, mas acho que partindo das referências e dessa década, primeira década da

Casa. É isso, é uma organização que justamente se constrói ali, com muita, com muito contexto de 2013, ampliação da participação, enfim, muitas questões de 2013. Que estranho eu vou me ater ao nascimento da Casa. E as questões de mobilidade, claro, que pautam também a minha trajetória enquanto pesquisador em universidade e fora dela, ali na sociedade civil, mas sempre com muita proximidade dessa produção de ciência e ciência e cidadã. Foi um assunto que a gente comentou muito no seminário. Falando mais aqui. Seminário que a gente fez lá na Maré, estava a galera da Redes lá, enfim, todo mundo que está aqui, estava lá, especialmente o data_labe que fez junto com a gente o evento. Mas, enfim, em 2013 com esse spinner, que na época vendia muito no trem, é um símbolo para a gente falar de produção, de informação, fazer incidência e mobilização. Não necessariamente saindo de um dos três lugares, mas os três. E aí é do giro ali do brinquedo que faz a resultante ali acontecer e a transformação que a gente pautava, que a gente pauta para a Região Metropolitana do Rio. Pode seguir? Acho que é só um adendo. E aí os objetivos da Casa Fluminense, também, de fortalecer lideranças sociais e organizações populares, a Ju falou bastante aqui dessa perspectiva coletiva. O monitoramento e a incidência sobre políticas públicas, é nosso tema assim, né? E aí, fazendo diagnósticos e fazendo propostas e o desenvolvimento funcional nesse campo do terceiro setor, da sociedade civil, que também guarda muitos desafios. Eu, por exemplo, fiz Economia na universidade e não aprendi sobre o terceiro setor, que ele existia na verdade. Então não era, não é, aprendi com essa galera aí fazendo ali ao vivo. E hoje, dez anos depois, a gente tem essa agenda que desde o primeiro ano da Casa o objetivo é lançar agendas a cada eleição. Agendas, com esse nome, que fala em outros idiomas também que tem essa essa pegada de falar sobre é propostas, especialmente aquelas que vinham de quem viviam as problemáticas que a gente queria pautar, então, os temas que se pautam. E acho que uma reflexão que a gente lançou essa agenda, a gente fez uma escuta grande dessa agenda aqui na UERJ, a Agenda 20? 17? Acho que a gente fez as duas. A gente passou pela UERJ com essa provocação assim de quem estava na universidade, com todos os instrumentos e uma universidade muito mais plural do que antes discutindo os temas da vivência das pessoas e com novas pessoas, novos perfis adentrando esse espaço de produção de conhecimento. Então é uma provocação de sempre, que acho que a gente vai estar sempre fazendo da universidade estudar, e aí a Universidade da Guanabara, agora do estado do Rio estudar o estado do Rio, estudar o Rio de Janeiro e suas questões. É assim que é a Agenda Rio 2030, que já foi Rio 2017 até as Olimpíadas. O que viria depois das Olimpíadas, pensando naquele marco histórico ali como uma enxurrada de investimentos, se ele viria de fato para reduzir a desigualdade, né? E, enfim, aí já mais na parte atual para enfrentar, combate à pobreza, combate ao racismo, combate ao sexismo, combate à

degradação ambiental. Então essa Agenda de hoje, atualizada a cada dois anos, traz esses quatro eixos: justiça econômica, racial, de gênero e climáticas. E é assim que a gente faz o Mapa da Desigualdade também que foi lançado nesse dia lá na Maré. Como eu falei, esse Seminário de Geração Cidadã de Dados, que é outra provocação assim, acho que daqueles dados que a gente não encontra, daqueles dados que não existem e como que a gente quer pautar nossas propostas e nossas iniciativas também a partir de dados e dados que falam sobre nós e as vivências, né? Tem um marco muito importante desse que faz esse encontro acontecer, que é um prêmio que a gente ganhou lá em 2017, com o CocôZap em parceria com o data_labe e com a Redes da Maré, que era uma iniciativa, Maria deve falar, mas de como os moradores e as moradoras ali produzem dado a partir de foto de lixo acumulado de esgoto a céu aberto, com WhatsApp. Tira foto, manda a localização para gente, a gente mapeia, organiza ali, aí vem a incidência com a própria Comlurb, com o Ministério Público e os próprios moradores, protagonistas ali dessa geração cidadã. E aí tem vários trocadilhos possíveis desse conceito que a gente quer muito fortalecer assim, o Seminário teve esse nome por isso, né? Acho que tem toda uma geração. Eu e Ju ficamos ficamos na abertura [do Seminário] brincando um pouco com essa coisa da geração da produção e também dos grupos e das galera que estavam fazendo isso. Cidadã pela perspectiva crítica também, e produzida ali pela cidadania, pelas pessoas essas bases de dados, enfim. Aí o Mapa da Desigualdade foi lançado lá. Também já entendendo ele como um produto, né Mariana? Mariana usa bastante lá nas aulas do curso de Políticas Públicas, que é um curso, enfim. Ju, que já...

Juliana Coutinho: Muito bom, me formou.

Vitor Mihessen: Teve lá, enfim, Shirley, galera do Redes tocando cursos. Gisele já esteve lá, Maria, enfim. [Inaudível]. Produzindo ali estatísticas, números, enfim, para falar desses desafios que a gente tem e ele também apresenta alguns desses indicadores, muitos, e a maioria são de órgãos governamentais, mas muitos a gente produziu com esse conceito de geração cidadã de dados. Enfim, vou, obviamente, vou passar [os slides], porque são mais de cinquenta [mapas] ali, mas tem o QR code, o link dele completo e aí, enfim, uma sugestão mesmo de baixar. E uma navegação que a gente fez, agora pela primeira vez, com um repositório no site da Casa para poder às pessoas fazerem cruzamentos diferentes do que a gente propôs ali. Enfim, tem a base de dados também acessível. De novo, a partir dos dados administrativos e a gente usou muito o CadÚnico dessa vez com a demora do censo e todo corte orçamentário e a perspectiva de política que a gente tinha por parte do governo federal, agora não mais. Mas

esse retrocesso, essa dívida, essa tragédia, acho que vai ficar nessa história muito marcada pela, enfim, pela tragédia toda da pandemia, desse período do governo Bolsonaro. Mas está aí um retrato que não foi feito daquele ano de 2020 e esse atraso todo, essa demora que ontem veio sair alguns dados populacionais. Então vi um pouco dessa lacuna, para não falar da lacuna do estado, sobre o Ceperj, então muita gente confunde essa produção, como “ah, mas vocês tinham que fazer assim e assim”. Beleza, gente, a gente está pela sociedade civil conduzindo um processo de produção de indicadores. A gente apresentou no IPP semana passada e eles falaram “não, vocês tem que fazer o IPS”. Não, quem tem que fazer isso são vocês. A gente faz aqui porque tem a nossa galera, né. Então, o papel do estado aqui para chamar atenção do Ceperj que foi isso. A gente fala do Ceperj hoje, eu já falo há um tempo por conta da formação da Economia, mas é isso, hoje você fala Ceperj você pensa nos empregos fantasmas e no escândalo. Você vem, eu fui consultar o que era a sigla de novo assim, para lembrar que é um órgão de estatística que não tem essa produção que a gente tanto precisa. E aí, o guia metodológico básico, a gente fez isso como tela, tem outros guias que a Casa lança, por exemplo, de justiça climática, que a gente lançou lá no fórum de Queimados. Clima é coisa séria, o nome do fórum. Tem uma produção, né Gisele, foi parceira nisso, tem uma produção ali. O guia do mapa ainda está nessa camada de passo a passo ali de slide, mas é isso da tentativa também de fazer outras produções acontecerem também, oferecendo os caminhos que a gente adotou. E que é isso, acho que já narrei um pouquinho aqui, mas muita lei de acesso à informação, GCD e microdados, enfim, e também provocações ao site das prefeituras para abrirem seus dados e tal. A gente parte também de um contexto de uma região, de um estado que cresceu, ainda que não tanto em termos populacionais, mas uma região metropolitana que decresceu, que perdeu população pela Covid e as mortes evitáveis da Covid, mas também por outros fatores que a gente vai procurar mostrar ao longo do mapa. Mas é isso, e alguns municípios, claro. Se uma média da região metropolitana decresceu, então pessoas saíram da região metropolitana e especialmente da capital e de São Gonçalo. Municípios com perda em números absolutos muito grande. Mas é isso, Maricá ali que tem sido referenciado em termos justamente de políticas públicas que são ofertadas, enfim, um financiamento a partir dos royalties, mas que tem decisões políticas, por exemplo, do Tarifa Zero. Juliana estava falando do peso do transporte, do quão proibitivo é o transporte em termos de custo para não falar, enfim, de tempo, de importunação, de assédio, de todos os elementos que o transporte, a experiência do deslocamento no Rio de Janeiro oferece para diferentes corpos. Então aqui é isso, mostrar que teve esse decrescimentos e aumentos, e aí sim uma lista de indicadores. Não sei se dá pra ver. Enfim, eu trouxe alguns ali de justiça climática, mas

enfim, são 40 aqui e alguns dados que eu vou. Não sei o meu tempo. Gi, você me corta aí quando der meu tempo. Eu não marquei.

Gisele Moura: Tem mais uns 5 minutinhos. Se precisar de mais eu consigo.

Vitor Mihessen: Gente, vou dar uma passada super rápida, então. Mas é isso, dados de renda e conta muito da história do Rio de Janeiro, assim, que Mariana abriu o curso ali de Políticas Públicas, com ele, né? Como é que está a renda hoje, a renda média, distribuída, enfim, notadamente ali as áreas da cidade e dessa periferia com os indicadores com os menores poderes aquisitivos. E aí várias questões e desigualdades, mas, enfim, temos aí esse indicador síntese. E esse que é muito parecido com o anterior, de onde está distribuída a população negra nessa região, mapas muito parecidos, não por coincidência. Acho que o mapa também busca falar de umas obviedades assim para uma determinada galera que não são óbvias para outras e que muita gente julga como coincidência esses dois mapas, é, enfim, por acaso que é assim, mas também para quem, é isso, quando perguntar é tabela não comunica tanto, quer que desenha, a gente desenha. Essa forma de fazer e enfim, isso aqui e pedir informações de comunicação da Casa Fluminense que são maravilhosas lá fazendo esse processo de acontecer. A população feminina é maioria também, tanto quanto a população negra como população feminina. Aí aqui no quadrinho feminino tem os dados de como é que isso está no estado. Gente, é isso, acho que coloquei muito slide. Eu vou passar rápido, mas, de novo, o convite para a gente baixar e trabalhar. E aí o uso do solo para pensar a perspectiva do debate aqui de infraestrutura e meio ambiente, mas acho que todos eles conversam. E aí a gente colocou de população indígena, agora vou, de verdade, vou ter que passar um pouco mais rápido para não perder aqui. Indígena e quilombola, o IBGE acabou divulgando juntos, a gente fez questão de separar e dizer da subnotificação e da ausência de dados. A gente lá no [não identificado] lá em Magé, tem uma mobilização muito forte lá do Quilombo do Feital que a gente após estar junto a um tempo conseguiu de fato fazer registros e tornar as populações ali menos invisibilizada, pelo menos trazendo para o Censo a existência dessas populações. Aí área verde por habitante, aí eu acho que a gente poderia focar nas áreas repetidamente vai se pintando ali no mapa, né? Então, áreas verdes mais para a franja da metrópole, enfim, desculpem gente, mas vou passar rapidinho. Unidade de conservação, a gente fala isso muito, fala sobre parques urbanos também. Claro, aqui a gente não abre o Rio de Janeiro ali, o intra municipal tem interesse muito forte com esse mapa também para pautar as eleições municipais, que a gente fez a opção desse ano do IPS que entra dentro do Rio de Janeiro

município e carrega a desigualdade intra entre os bairros como Realengo e as áreas administrativas. Mas ali a gente vê dentro do Rio de Janeiro, mas aqui, né Ju, a gente tem lá o parque urbano que foi uma luta histórica gigante, que a gente ainda não ganhou ela por completo, né? Metade do terreno lá, como comunidade de conservação, a metade está ainda com risco de subir prédios para militares lá com o financiamento da Pouplex, enfim. No centro do bairro, com mais calor, outro tipo de referência dessa, a gente fez um mapa de calor na Agenda Realengo e uma expressão do racismo ambiental. Lá não tem uma coisa que a empresa de saneamento não opera nessa faixa do parque e no contrato diz isso “não vamos operar em áreas de favela e comunidade” lá do jeito que eles escrevem. Assim o racismo ambiental está escrito em contrato. E outra expressão é isso assim você perdendo ou enfim, na verdade, aumentando quando sai do centro, não é um lugar arborizado, mas um aumento de temperatura de 10°, chegando em Realengo. Então e ali, ainda querem subir prédios, né? A gente não ganhou a luta por completo. Tem a metade que já está para o parque, uma unidade de conservação, a outra metade ainda não, então tem essa guerra aí. Enfim, falar de habitação, a gente pensou na interseccionalidade da habitação, falar de moradias populares que não foram construídas, enfim, acho que também uma área de décadas, anos, né. E moradias afetadas pelas chuvas, acho que é importante, e aqui tem um problema com os dados. Os dados não chegam. A prefeitura que tem que dizer os dados e os dados não aparecem, algumas prefeituras dizem e outras não. A gente está brigando muito na Agenda Rio 2030 por uma Secretaria de Emergências Climáticas para que a Defesa Civil tenha mais valorização e mais papel, de novo, papel do estado e papel atuante nessa produção de informação nessas brigadas que é isso, faz. A gente estava na Serra do Vulcão, a galera lá faz as brigadas por conta própria também, tem algum apoio ali da prefeitura, porque é uma prefeitura que informa, pelo menos, mas é muito da sociedade civil, enfim, como foi também na pandemia e todos estes processos aqui de desigualdades estruturais. Foi, né?

Gisele Moura: Não, pode encerrar. Vai ter mais dois minutinhos.

Vitor Mihessen: Tá bem. Aí pessoas e moradias. Aqui, gente, eu estava falando sobre adiar o fim do mundo e sobre o prazo de vida, porque esse mapa aqui também é uma síntese de um pouco disso, de discutir raça, idade média ao morrer. Os dados são da Secretaria de Estado de Saúde e que fala sobre os óbitos das pessoas, registro de óbito, né? E o Rio de Janeiro ali tem entre população branca e negra, para população branca em média tem 10 anos a mais. É isso, tem Niteroi com 12, Japeri com 7, enfim E aí, de fato, aí a gente está mostrando com números,

com relatos, com histórias, com vidas, com pessoas e esses números representam tudo isso assim. Então para falar desse, enfim, tentar trazer para o racismo ambiental e para as pautas de justiça climática. Mas é isso, assim, a gente está falando de justiça climática quando, é isso, a população lá, das periferias metropolitanas que tem uso de bicicleta, que tem uma caixa de motorização menor, quer dizer, emitem menos poluição e são menos responsáveis pelo aquecimento global, portanto, mas que na hora da enchente quem perde pessoas, quem perde moradias, quem perde são as próprias periferias. Então o conceito de justiça climática, enfrentamento ao racismo ambiental aparecendo. E aí acho que fecho com isso assim, né, de como que a gente faz Agenda local Rio, Realengo, da Maré, Queimados e as representações aqui. Então, um pouquinho do que a gente fez, esse slide que eu apresentei lá na Redes, na semana também sobre um pouco como é que a gente constrói esses processos. Diagnóstico, propostas, identifica as vivências, demandas, as prioridades, faz os diagnósticos, partilha, disputa, sistematiza e lança e monitora. Esse caminho do mapa para a Agenda, né? Então, de produzir bastante cada vez mais aprimorado, com visões ampliadas e vozes e pessoas, diagnósticos sobre as nossas vidas e propostas sobre fazer esses, né. Obrigado e desculpa.

Gisele Moura: Antes de passar para a Shirley, eu só queria por uma reflexão aqui a partir da fala da Ju e do Vitor. A Ju falou bastante assim sobre as tecnologias que já são dadas, postas nos territórios e o Vitor trouxe também essa parte, assim da incidência de preencher lacunas, a lacuna do estado, né? E daí, aqui eu aproveito para fazer um convite também, cutucando um pouco a ciência a partir da ciência ambiental, de qual papel a academia faz nesse pensar, nessa estrutura de geração de dados, de geração de dados cidadã, mas também de abrir espaço para ouvir a gente. É uma pena cortar o Victor ainda mais agora, nesse último slide, que é praticamente uma metodologia ali explicada e eu acho que aqui, enquanto academia, precisa muito observar, ouvir e abrir portas para ver como são as produções no território, já que a academia não está lá, né? Não tem uma UERJ lá dentro da Rocinha, então abre as portas para entender como vocês conseguem fazer isso, de que forma vocês fazem isso e qual o impacto que isso dá. Porque assim o guia, o mapa e diversas outras publicações e materiais, eles são instrumentos para luta contra as injustiças climáticas, sociais e econômicas, ambientais, enfim, as diversas que também a gente pode chamar de necropolítica, que também a gente pode chamar de racismo ambiental. Não é à toa que não tem água, não tem saneamento básico, não tem mobilidade em alguns territórios, em outros tem, né? E daí, agora, pensando nesses instrumentos todos, de pesquisa, de produção de conhecimento e de também instrumento de incidência, que é só assim que a gente consegue fazer alguma coisa

com muito barulho no morro, é, vou passar para Shirley que tem experiência com o Censo, que é outra mega fonte aí de produção e levantamento de dados, então vamos ouvir um pouquinho ela.

Shirley Rosendo: Boa noite, eu sou a Shirley Rosendo, sou cria da Maré. Aqui tem um monte de gente que eu estudei, que eu li. Eu lembro da Mariana com 18 anos, dando aula na PUC, enfim, acho que vocês são referências assim. Também é muito bom voltar para o UERJ, embora não tenha estudado aqui, mas como eu sou uma pessoa apaixonada por geografia eu descobri na graduação que eu podia assistir aula em outro lugar, então assisti todas as aulas que eram possíveis de Geografia aqui. Isso me faz uma pergunta assim, por que uma pedagoga que coordenou o censo trabalhou e tem experiência em mobilização e segurança pública hoje coordena um eixo de direitos urbanos socioambientais? Acho que a crença da Eliana, que embora eu tenha 40 anos, eu vou ser eternamente jovem, porque jovem é aquele que acaba se inquietando dentro dessa realidade. Eu tenho o privilégio e a sorte, eu estou na Redes há 22 anos e foi essa instituição que me formou. O olhar que eu adquiro para o mundo vem muito daqui. É, então, enfim, acho que tem uma crença aí que é assim, embora você não seja ambientalista, você pode contribuir muito, porque acho que... Só antes de falar algumas coisas, assim, eu acho que as pessoas começam a falar “a gente tem respostas para a questão ambiental”. Falava exatamente isso com o Maurício, a minha questão é: como a gente pega as tecnologias, implementam elas na favela? Porque aí, como é que tem um monte de gente que historicamente discute favela, a gente até a virada dos anos 2000, 2010, a gente achou que estava literalmente superado a ideia de que a favela não fazia parte da cidade, que a favela era cidade. Muita gente aqui que é muito mais jovem, não lembra, mas as favelas eram pontos, pontinhos pretos no mapa da cidade. Não é que não tinha tecnologia porque sempre teve. Tem uma questão de interesse de como é que você pensa isso. E eu falo de um lugar que mistura avanço, retrocesso que é muito complexo, que é a Maré e peço às vezes licença, desculpa, porque assim, quando a gente olha para a Maré, a Maré avançou muito nos últimos 40/60 anos e por que eu estou falando isso? A Maré era um território indígena, como a maioria do território do Rio de Janeiro, foi desapropriado, ele começa a surgir ali na década de 40. Tem uma história que me contaram a vida inteira e eu acho ótimo ela até o ensino fundamental, que é um dia a Dona Orosina estava passeando pela Avenida Brasil, olhou aquele lugar lindo, aquele morro e falou assim “é aqui que eu vou morar”. Isso é ótimo para a construção da identidade do C.A e ensino fundamental, na primeira fase. Na segunda, a gente já pode mudar a história, porque, na verdade, a Dona Orosina não foi morar ali, porque aquele é um lugar lindo, pô, ela

estava sendo expulsa do Centro, estava construindo a Avenida Brasil, a UFRJ e Fiocruz. Então, a Maré surge, as seis primeiras favelas da Maré surgem a partir desse movimento migratório. Por exemplo, meus avós vieram para cá com um sonho de ser cidadão no mundo. E aí vale outro debate, tem seca no nordeste ou historicamente a água está privatizada, algumas pessoas têm acesso e outras não. É, e não sei se eu estou muito influenciada pelo meu doutorado que eu acho que tem uma coisa que eu fico de fato muito emocionada, porque primeiro, eu só estou fazendo seguindo o bonde da história. Então, assim, produção de conhecimento, incidência, mobilização, essa galera já faz há muito tempo. Eu acho que uma das grandes lacunas dos movimentos sociais e que ainda continuam sendo de algumas organizações da sociedade civil e aí não é um problema porque as pessoas não têm tecnologia, é como elas sistematizam o conhecimento. A gente, historicamente, não sou eu que falo isso, podem ter vários autores, vocês que são das ciências sociais, devem ter vários autores na cabeça que historicamente falam isso, porque quem está na ponta, produzindo, dando conta do cotidiano, acaba tendo muito pouco tempo para sistematizar. Eu, por exemplo, agora que tem celular que a gente anota, tem vários textos ali que eu gostaria de produzir sobre desse lugar. Mas produzir conhecimento não é simplesmente olhar a realidade e descrever a realidade. É como a gente analisa isso e a gente está muito implicado numa análise que é para além. A gente faz pesquisa se é o melhor termo da academia. A outra coisa que eu acho que a gente não pode ser injusto na Maré, e aí, como eu estou estudando direito à educação, eu resolvi, como eu já li todas as teses sobre educação e sobre Maré, tem uma coisa que eu comecei a ver nos artigos de jornais, que é muito interessante para a gente pensar o lugar também da academia. A UFRJ teve muita contribuição na Maré. É impressionante assim, inclusive volto e meia encontro uma galera que estava em IPP nos anos 80, que era arquiteto, que estava lá ajudando. Muita da metodologia que a gente hoje usa na Redes tem a ver com a parceria e com as primeiras pesquisas que a Fiocruz fez. Só que é óbvio que tinha e ainda tem essa coisa da hierarquização do conhecimento. Quem é que sabe mais e quem é que sabe menos? E a gente teve um certo afastamento da academia. Então assim, tem problema em fazer crítica. A questão é como a gente retoma e eu continuo acreditando, sempre falo isso. Adoraria morrer e ver isso é que a Redes não existisse. Porque assim foi muito bom fazer um censo, mas eu espero que o IBGE agora não precise fazer. Porque o que marca o olhar da pesquisa, e aí eu posso falar do lugar do censo, é a relação com o preconceito e do estigma, porque tudo na favela vira um problema da violência. O pesquisador não vai bater naquele lugar porque é violento, ah eu não vou fazer hoje, tiroteio está acontecendo lá na Vila do João, não sei se está certo ou errado. No Parque União não

está acontecendo nada, em Roquete Pinto não está acontecendo nada, em Marcílio Dias não está acontecendo. Todos os equipamentos fecham e se retiram. Para vocês terem noção, a gente, junto com as associações, fez uma demanda, acho que em março. Quando foi? Das praças. Em março. Acho que, sei lá, primeira semana para a Prefeitura reorganizar as praças, em março. A gente está em outubro, entrando em novembro e não conseguimos sair da primeira praça e a justificativa sempre é a violência. E essa lógica da violência é o que vai alimentando, inclusive, a saída desses equipamentos. Então, acho que assim, o trabalho que a Casa Fluminense faz de dizer tem problema no dado, mas quem tem que produzir o dado são vocês. É isso, porque se não sobra também para a gente e a gente vai fazer isso, sendo muito honesta, com recursos pequenos. Tipo, você quer que eu faça com R\$100 mil um censo na Maré? Nunca vou fazer ou vou precarizar a mão de obra. Então acho que assim tem esse lugar e eu acho que a Maré também traz uma coisa que na minha cabeça é muito bizarro assim, quando você olha as primeiras demandas lá em 40 tipo acesso a água, o pessoal vai lá do outro lado buscar a água e cria toda uma logística, saneamento básico, melhores condições de moradia, foi um conjunto das pessoas, das primeiras comunidades, das seis comunidades que se mobilizaram e que deram surgimento às outras nove, porque das quinze comunidades que tem na Maré, nove são frutos da intervenção do poder público, ou seja, política de moradia. E foi essa galera que demandou. Infelizmente a gente tem um mau com a memória e a gente não guarda as coisas, mas nessa coisa dos artigos de jornais, inclusive eu encontrei um grupo da associação de moradores no CRA, fazendo o que a gente hoje na Redes faz, une as associações, as pessoas, criam documento e entrega [não identificado], essa é a Maré que a gente quer. Só que tem um, essas demandas somem e tem toda uma relação de como que o estado lida com esse lugar. Eu costumo dizer, posso estar muito equivocada, que assim se tem um poste, ainda que seja precarizado, o estado está lá. Agora, existe uma forma de agir, por exemplo, a Maré é um território com quase, mais de 140.000 moradores, maior do que 96% dos municípios do Brasil, tem 52 equipamentos de educação, mas o nosso Ideb é menor do que a rua da escola do lado, tem nove postos de saúde, tem, tinha uma Cedae que agora é Águas do Rio. Tem um posto da Comlurb. Tem o Detran. Só que assim esses equipamentos foram se esvaziando e se precarizando ao longo do tempo. E qual é a grande justificativa? Do achismo, tá? Porque quando a gente pergunta pela Lei de Acesso à Informação é uma vergonha. O achismo da violência. Eu não posso contratar porque é violento. Eu não posso varrer a rua porque é violento. Eu não posso limpar, não sei o quê, porque é violento. E assim é óbvio que a gente tem, eu acho que uma das demandas para a gente que está discutindo questão ambiental é pensar questão ambiental e violência. Isso ainda não virou a pauta no Rio

de Janeiro. Quem traz isso é a galera do norte, nordeste, centro-oeste que lá, enfim, não sei se lá tem uma disputa muito grande, muito violento, mas esse eu fico me perguntando, por exemplo, meu avô, quando veio para Maré, que essa é a outra ilusão, que provavelmente era a que a Dona Orosina chegou e falou assim “não, vou colocar aqui meu [não identificado] de madeira e suspender o barraco”. Não foi bem assim não. Meu avô foi morar no Parque União e também não foi assim não e era uma casa precarizada para caramba, de madeira. Ele teve que comprar o terreno. E a questão ambiental hoje no Rio de Janeiro está atravessada por isso, porque a gente está descobrindo isso ainda e para a gente que mora em espaço popular, o pessoal da Baixada Fluminense deve saber disso melhor que eu, é complexo discutir. Invasão, apropriação irregular, os licenciamentos que são dados pela milícia. Ontem saiu uma matéria no Globo que é uma vergonha, vocês viram? Foi, toda aquela orla da Barra da Tijuca, dominada pela milícia e pelo tráfico em uma disputa interna que acontece há 10 anos. Eu acho que tem, assim, a gente tem essas problemáticas, mas eu acho que a gente tem um lugar de muita, para não ser triste, de muita potencialidade, de criar soluções. E eu acho que a gente tem que estar em redes, eu acho que não tem solução melhor ou pior. É como a gente se agrega de forma com quem tem interesse em contribuir de fato com outro tipo de sociedade, que é isso assim, não dá para de repente, daqui a 30 anos tem uma outra pessoa da Maré falando dos mesmos problemas que tenho, que eu estou falando hoje. E isso faz com que a gente pense que é o seguinte, qual é o nosso lugar e como a gente ajuda romper com essa ideia do discurso da violência? Porque a violência, o trabalhador não vai, não pode trabalhar o ano inteiro, uma série de coisas acontecem e muito acho que por esse estigma. É por isso que eu comecei falando, eu achei que em 2010 a gente tinha superado a história de que a cidade era partida e que a favela fazia parte da cidade. A gente acredita que faz, mas o modo operante, a lógica não é. É sempre como uma lógica de subalternização e que tem pouquíssimas explicações. É isso assim, eu não lembro agora, mas a gente pediu na Lei de Acesso à Informação quantos garis tinham e qual era o equipamento assim, os garis da Comlurb da Maré são da década de 80. Tem gari, não é a quantidade, mas tem, né? A gente tem um saneamento básico, a Maré é estranha, olha só como que é louco na Maré. A gente passou por dois processos de urbanização e a gente tem problema de saneamento básico. Por uma lógica, gente, que é da não prestação de serviço, porque eu não reconheço naquele sujeito um sujeito de direitos. Para terminar, vou dar um exemplo básico. Eu morei em Laranjeiras e eu fumo, então fumava cigarro na janela. Um dia eu vi o moço da Comlurb varrendo ali, aí ele abriu, eu aprendi a diferença entre boca de lobo e aquela outra que eu esqueci o nome. Abriu, limpou, pegou a sujeira, colocou no saquinho e seguiu para a próxima

boca de lobo. Boca de lobo é aquela, vocês devem saber. E seguiu pela rua de Laranjeiras. Eu falei assim, cara, tipo, eu fiquei emocionada, eu gravei, porque assim eu moro na Maré e eu nunca tinha visto isso. Toda vez que a minha avó, qualquer outra pessoa chamava para Comlurb para poder limpar e que acontece até hoje, é o cara vai lá abre a boca de lobo, quando ele consegue, ele cria um monte de justificativa para não fazer, aí ele limpa, só que ele joga o lixo do lado e ele diz que não é responsabilidade dele catar. Quem cata? O morador? Eu, por exemplo, cansei de ver minha avó fazendo isso. Mas tem uma lógica que passa pela questão do racismo, da ideologia, da forma que assim, para a favela tem que ser de qualquer jeito. Por isso que a gente tem um parque, que é um parque ambiental, que é um reserva ambiental e que está caindo aos pedaços, que as nossas escolas não recebem recursos necessários para que a gente tem e deve ser igual a escola de um lado, que o posto de saúde funcione, que a cedae funcione. Agora com a privatização deve ficar pior ainda. E ainda querem privatizar o acesso à água e saneamento, tipo cobrar tarifa social se o serviço não chega? Então, acho que assim tem uma lógica de operação que eu acho que a gente precisa continuar batendo assim. É muito triste falar disso, mas é isso que acontece. A gente reinventa os conceitos, se apropria de um um. Vamos chamar de justiça climáticas, de crise climática, de racismo ambiental. Mas o que acontece lá atrás é o que acontece hoje. E como a gente pressiona esse estado para fazer, porque todas as iniciativas da organização da sociedade civil que aconteceram na pandemia foi espetacular, mas teve alguns lugares que não tinham organização da sociedade civil. E aí quando o estado fica ausente, como é que é que faz isso? É a gente vai ter que fazer o saneamento básico? Na desculpa da violência ou a gente vai exigir que tenha equidade em relação a isso? Se não tem dinheiro. O discurso todo em 2013, em 2018 era que o Rio de Janeiro passava por uma crise econômica. Vitor está aqui, é economista, pode dizer se é verdade ou não. Eu sempre desconfio, mas se tinha recurso para P1, que é a Zona Sul, porque que não tinha recurso para P3? Então, acho que assim, lógico, acho que a Maré avança muito e acho que num movimento que eu falo realmente eu sou muito da história, a galera criou um processo de mobilização que está dado, é um tema fértil, né? O que você propor vai acontecer, mas eu acho que acontece também porque aquela galera sempre corre atrás e uma galera ainda hoje acreditava que era possível e que a gente precisava romper com esse olhar estigmatizado porque senão vai acontecer o seguinte, no próximo censo não vai ter censo. Aí quem vai fazer censo é a gente? Eu acho que, enfim, acho que é um pouco isso. Obrigada.

Gisele Moura: Bom, acho que a fala da Shirley dá para a gente um leque de, a Shirley falou

um pouco sobre a violência e pensar o meio ambiente através disso e o quanto a gente ainda não tem discussões que encaixam isso, né? Na Rede Favela Sustentável tem um GT de memória climática que passou por cinco territórios querendo ouvir exatamente a memória. Então, por exemplo, no Vidigal, foi uma senhora de 102 anos que falou "Ah, na minha época era lamparina. A gente buscava água no poço, hoje em dia", então assim, ela conseguiu trazer para a gente, na vivência dela, na memória dela construção de um Vidigal que hoje não se existe mais, mas que perpassa as questões de violência. Ela falou, agora está bem pior. Antes não tinha isso antes, não tinha aquilo. Agora tem, mas também a questão do ambiente e de como se relacionava com o ambiente. As casas de palafita na Maré, por exemplo, eram uma tecnologia para se viver ali, respeitando as marés, que talvez, se o poder público tivesse olhado para aquela tecnologia, conversado, dialogado, a gente entra num consenso de respeitar a maré, o nome Maré, respeitar o território e também dar moradia digna, por exemplo. E eu acho que nessa lacuna aí que não é, eu acho que não é mera coincidência, né? Ela é estrutural, é estruturante, não vem dinheiro, nem política pública, porque não querem que a gente siga vivos, né? Não querem nem, desde a época que nos trouxeram aqui, eu falando enquanto preta, trouxeram meus antepassados para cá para trabalhar de forma escravizada, depois nos dá liberdade onde a gente não é livre para estar aí e daí a gente ocupa os morros, enfim, toda essa história se perpassa isso, a memória perpassa isso que a gente precisa linkar as coisas, então eu acho que falar memória é uma possibilidade de linkar e trazer esse olhar tanto para a violência quanto para o ambiente, quanto para nossa relação no meio e construir isso. Eu acho que falar de memória está novo, está recente, mas é essencial, ainda mais para o território Brasil, né, que tem tantas histórias e, enfim, e daí também Shirley trouxe um pouco essa questão do gari. Eu vou pegar o gancho para chamar a Maria para falar do data_labe, então fica à vontade e você tem de 15 a 20 minutos.

Maria Ribeiro: Obrigada. Vamos ver se dá tempo. Boa noite, gente. Muito prazer estar aqui nesse espaço e nessa mesa que enquanto eu estava aprendendo, engatinhando, beabá da justiça climática, essa galera já estava trabalhando já há muito tempo e como a Gisele já me apresentou. Eu trabalho com a equipe de comunicação do data_labe, sou criada na maré. Eu não sou cria como a Shirley, nasci no interior do Ceará vim para o Rio de Janeiro com 2 anos e moro desde então na favela Nova Holanda, lá no Complexo da Maré. Enfim, sou ativista climática pela Coalizão Clima é de Mudança, jovens negociadores pelo clima. Foi no projeto Cocôzap, que é o projeto, o braço de saneamento básico e de justiça climática do data_labe que eu identifiquei como a foto de saneamento básico ela afetava a minha vida e eu não

percebia, né? Então eu moro na Maré desde muito nova e eu tenho lembranças da minha mãe tirando água de dentro de casa, porque alagava, da gente ver o valão subir, o valão pegar a rua toda, da gente conviver com pragas, enfim, na rua, devido à enchente que sobe e entope bueiros. Então eu tinha essa lembrança, mas nunca imaginava que isso era falta de saneamento básico e como que isso atingia a minha vida de várias formas, tanto na saúde quanto na minha educação. E aí quando eu entro no Cocôzap, eu começo a ter mais essa, essa conscientização e perceber como isso atinge a minha vida. O data_labe, onde eu venho representar hoje, é um laboratório de dados que fica no Complexo da Maré. A gente, o nosso objetivo é democratizar o acesso da informação através dos dados e através de três vieses que são raça, gênero e território. A gente surgiu em 2016, dentro do Observatório de Favelas, então o Gilberto e a Clara, que são os nossos diretores gerais, começaram ali dentro do Observatório a começar a falar sobre dados, a trazer essa perspectiva de que os dados pertencem a nós, mas o acesso a eles é negado. Então os dados, ele é acessado por pessoas brancas, homens ricos e a gente esse acesso é negado. Então, a partir desse momento, a gente começa a criar projetos, a criar atividades que vão surgindo em 2018 ao data_labe como instituição independente. E a gente trabalha através de três eixos, que é a produção de conteúdo, formação e o monitoramento e geração cidadão de dados. Aqui, passo [slide]. E dentro desse, acho que o Vitor já trouxe o que é a geração cidadã de dados muito bem. Em 2018, a gente sempre foi muito parceiro da Casa Fluminense. Em 2018, a gente estava em um projeto que era o ChecaZap, lembra dele, Vitor? Que era um grupo de jovens em 2018, qual era o cenário, era eleições, eleições do Bolsonaro e a gente tinha uma crescente de *fake news* muito forte. Então tinha um grupo de jovens que estavam dentro desses grupos e quando chegava essa informação, notícias, artigos, esses jovens pegavam, checavam se era verdadeiro ou não e devolvia isso para esses grupos de WhatsApp. Esse era o cenário que a gente estava trabalhando na época e surge então a ideia do CocôZap que tem esse nome peculiar que a gente queria trabalhar com saneamento básico na Maré, que fosse numa plataforma acessível. E aí, o WhatsApp é muito usado dentro da favela para gente se comunicar. E aí para comunicar, Ah, está faltando água, onde que tem água para buscar? Teve uma época que a gente ficou um mês ali sem água devido à Águas do Rio fazer uma manutenção sem explicar nada para a gente. E aí é um meio em que a gente se comunica muito, sabe, sobre muita coisa e a gente queria usar o WhatsApp como esse viés do projeto. Sim, aí o que é a geração cidadã de dados, né? Aí, o objetivo da geração cidadã de dados é muito para preencher essas lacunas de fato que tem dos dados que não falam de muitos territórios e de muitas populações. E o trabalho data, ele vem muito nesse viés também de se apropriar da nossa história, sabe, de

contar nossa história e se apropriar das nossas tecnologias, entender que o que a gente faz na favela também é uma tecnologia viável, também faz, a gente também produz conhecimento. Falando sobre o CocôZap, o CocôZap, ele é um projeto de mapeamento e incidência e participação cidadã sobre o saneamento básico na Maré. Ele surgiu em 2018, ainda como um projeto pontual, então rolava grana, a gente fazia atividade, rolava grana, fazia atividade e em 2020 ele vem a se tornar um projeto fixo que a gente consegue manter as atividades em sequência. E aí, como funciona? A gente tem um número no WhatsApp onde a gente pede que os moradores enviem queixas para a gente de falta de saneamento básico. Então a gente pede que eles enviem a foto, a localização exata, para a gente conseguir o georreferenciamento, a frequência daquela queixa, então, aqui nessa rua da enchente, toda vez que chove, esse lixo está aqui toda semana, esse esse lixo está aqui todo dia. E qual a característica da queixa, né? Se é acúmulo de lixo, se é esgotamento a céu aberto e através disso a gente joga numa planilha que dessa planilha vai para o nosso site e a gente consegue fazer o mapeamento de como está a situação de saneamento básico na Maré. E aí nessa transição de sair do celular e ir para a planilha, a gente tem uma preocupação também muito forte com a segurança do morador, porque a gente está num território que a gente sabe todas as problemáticas que têm. Envolve foto e a gente sabe que nesses territórios também não é muito aceito, então quando a gente pega essa queixa para subir para a planilha ela sobe só com a data e o número da foto, então os dados de moradores, eles são guardados. Isso é muito importante para assegurar às pessoas que fazem um projeto acontecer. E aqui são exemplos de fotos que os moradores enviam para a gente. Então essa cena de rua alagada, em 10 minutos de chuva na Maré isso já acontece. Acúmulo de lixo nos valões, acúmulo de lixo onde tem caçamba ou não, porque o lixo não é recolhido com frequência. Esse é o mapeamento que a gente fez que está no nosso site, tem todo o mapa da Maré e as queixas que a gente recolheu tanto dos moradores enviando por WhatsApp, tanto com as embaixadoras do CocôZap que eu vou mostrar para vocês. E aí eu recomendo que vocês entrem no nosso site que tem todo o mapa e quando você clica nesse pink é uma queixa, ele aparece a foto que o morador enviou, a categoria dessa queixa, a data e a rua. Então a gente consegue ter uma visão bem ampla de todo o trabalho que o CocôZap vem fazendo. E a gente trabalha com dados abertos, então vocês podem baixar a planilha do CocôZap também e acessar todos os materiais que a gente faz a partir disso. E aí, como a geração cidadã de dados propõe, o trabalho do CocôZap vem muito de comparar os dados governamentais, porque o que a gente sempre fala é que a gente não quer desvalidar os dados do IBGE, os dados do DATASUS, a gente quer complementar porque, de fato, quando o recorte, quando a escala é maior e o recorte é pequeno, eles não conseguem

dar conta da característica específica que o território tem, então esse é o nosso objetivo. E aqui a gente trouxe de exemplo que esse mapa são dos dados do DATASUS de 2017, se não me engano, não dá para ver direito, que mostra nessa área vermelha onde eles dizem que tem bastante esgoto a céu aberto, nas áreas em laranja que não dá pra ver muita diferença por causa da cor, mas aqui tem poucas áreas de esgoto a céu aberto. As amarelas, que tem menos e a verde não tem nada e a cinza é que não tem, eles dizem que não tem queixa de esgoto. Só que assim, gente, a gente não precisa nem ir na Maré para entender que isso não é verdade. Aqui a gente traz de exemplo do Google Maps uma foto da rua do canal, que é uma rua que divide, que é um valão que divide uma rua lá na Maré, que faz a divisa de duas favelas, e a gente consegue entender que os dados não contam a realidade da favela. Quem conhece sabe. Aí a gente tem esse comparativo, esses dados que eu falei para vocês agora e esses pontos em verde são as queixas que o CocôZap recebeu justamente sobre esgoto a céu aberto. Então a gente vê uma disparidade dos dados oficiais com a realidade e a gente nem precisa pisar no território para saber que não é verídico, né? Então, esse é o nosso objetivo mesmo de comparar os dados oficiais. E aí em 2021, com o apoio da fundação Heinrich Boll, a gente fez esse relatório chamado CocôZap 5.0 que a gente comparou, que pertence àquele mapa que eu mostrei para vocês, a gente comparou os dados que a gente tinha tanto de envio dos moradores quanto das embaixadoras. As embaixadoras são quatro meninas moradoras da Maré, de diferentes favelas que fizeram o mapeamento em 2020 e 2021, de toda a, 2021 a 2022, de toda a Maré. Então, elas percorreram as 16 favelas da Maré e pegaram 228 queixas, e através dessas queixas que a gente conseguiu fazer esse relatório de comparação. E para além de pegar queixas que ela também tirava foto, mandava para o nosso grupo, para o nosso número, elas também conversavam com o morador, levava o jornal que a gente tem uma parceria com a Maré de Notícias, então a gente tem 2 páginas mensais e a gente consegue trabalhar toda a questão não só de saneamento básico, mas de crise climática, com que levem de fato para a realidade do morador, para aquele se identifique e possa agregar na vida dele. E aí as meninas fizeram todo esse trabalho. E esse foi o documento que surgiu dessa comparação, um dos. E desses documentos que a gente tem, a gente tem a carta de saneamento da Maré que ela foi produzida junto com a Agenda 30 da Casa Fluminense que a gente produziu ela em conjunto com os moradores, com organizações da sociedade civil, com associação de moradores no encontro de saneamento básico da Maré, que a gente faz em parceria com a Casa Fluminense, com a Redes também. É anualmente que a gente se reúne em algum lugar da Maré para passar o dia falando sobre o saneamento básico do território. Então, foi a partir desse primeiro encontro que a gente fez essa carta. E aí de acordo com o

que foi acontecendo outros a gente foi renovando o documento. A gente teve o plano de monitoramento popular da Maré que a gente fez na época da pandemia, que as recomendações eram de saúde, lavar as mãos e distanciamento social. A gente não tinha água e nem como fazer distanciamento social. Então como que ficava a vida dessas pessoas? Porque a gente já tem problema com água antes da pandemia, com a pandemia se tornou pior ainda. E como que faz distanciamento social se numa casa moram cinco pessoas, mais de 5 pessoas? Então, assim, a gente fez esse plano de monitoramento para entender como que essas famílias estavam vivendo nesse momento tão caótico que era a pandemia. A gente tem a carta de direitos climáticos da Maré, que a gente também construiu bem nesse esquema de assembleia de todo mundo junto. E aí formam GTs sobre cada tema e a gente vai discutindo e no final junto tudo e faz esse documento para falar sobre quais eram os sonhos de moradores para uma Maré mais verde, uma Maré mais ecológica para que a gente pudesse ter um ambiente mais agradável. A Maré é cercada de três grandes vias expressas, a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela. Tem um dado muito impactante, que é de um do nosso coordenador de dados que era para ele estar aqui hoje que ele fala que na Maré a gente está exposto a 5 vezes mais poeira do que é orientado pela OMS. Então você imagina como que é a nossa saúde respiratória, estando exposto a tanta coisa. E aí uma coisa que a Shirley trouxe, que era o que também, o que a gente sempre fala, o que a gente sempre carrega, que essa questão do saneamento básico e de também de dados e questão social, ela já vem de muito tempo, né? Então a gente não está inventando a roda, as coisas já acontecem já há um tempo. Desde a época da década de 40, da construção, desse lance de pegar água do outro lado da Avenida Brasil, da chapa rosa, que era um grupo de mulheres que lutavam por um saneamento básico digno para a Maré na época que a gente não tinha nem saneamento básico. Então, a gente, o data_labe e o CocôZap tem a meta de contribuir um debate a partir dos dados, mas sempre entendendo e tendo essa ciência de que as pessoas que vieram antes são muito importantes para o que a gente está fazendo. Então sempre voltando, seguindo para frente, mas sempre olhando para o que já foi feito. É, e quando a gente vai falar sobre geração cidadã de dados não se faz sem uma participação social e sem uma mobilização muito, muito boa assim. Então eu trouxe aqui alguns exemplos. Essa primeira foto foi da construção da carta de direitos climáticos da Maré, esse bondão bonito aí que formou esse documento. Essa segunda, do primeiro encontro de saneamento da Maré, que onde surgiu a primeira carta saneamento. Essa terceira foto é da nossa atividade com os alunos adolescentes da João Borges, que é uma escola de ensino médio que fica lá na Nova Holanda e a gente vem fazendo um trabalho com eles há mais de 1 ano, um ano e pouco, quase 2 anos, com uma educação ambiental. A

gente conseguiu instalar dentro da escola um biodigestor, que inclusive agora já estão usando gás do biodigestor na cozinha. Então, são adolescentes que já estão engajados na pauta ambiental, na pauta climática a partir desses encontros que a gente fez com eles e eles são maravilhosos, são incríveis. E tem a coalizão Clima é de Mudança, que eu acho que também foi uma união muito grande entre Visão Coop, data_labe, LabJaca, Agenda Realengo que a gente se entendeu que estava sofrendo muitas coisas do racismo ambiental, das mudanças climáticas só que em territórios diferentes. E aí quando a gente se uniu, rolou muita coisa, rolou, vai rolar de novo e espero que role sempre. Mas é só para mostrar o quanto é importante para a gente construir, para fazer a geração cidadã de dados, para rolar uma incidência política. A gente sempre está em conjunto, tanto com os moradores que a gente que sabe quem está vivendo, é a gente que entende o que é que a gente precisa. Não adianta chegar com grana, com a pesquisa e chegar “tem que ser isso e isso”. Não, a gente que vai falar o que a gente quer e o que a gente está precisando. E a mobilização é porque sem ajuda você não chega a lugar nenhum. Então, quando a gente fala de geração cidadã de dados, também é sobre territórios muito peculiares e nesses territórios a gente precisa entender como que pisa. Na maré a gente tem 16 favelas, então tem uma divisão ali territorial, tem uma divisão física, tem uma divisão de poder e a gente precisa entender como perpassa esses locais, sabe? E você fazer uma articulação em rede é o que consegue fazer seguir seu projeto e construir muita coisa. É, e muito do que a galera falou também quando a gente vai falar sobre ciência, quando a gente precisa entrar na academia, quando a gente precisa debater, falar com pessoas que que estão ali nessa linha de frente, a gente precisa levar dados, né? A gente precisa se embasar sempre, sempre tem que estar com esse embasamento. Mas tem uma coisa que é muito importante também que a gente entender que esses números, eles também são pessoas e são pessoas que estão sofrendo na pele há muito tempo essa realidade. A Ju, ela trouxe, sempre traz que a gente está no momento de uma crise climática absurda, que quem trabalha com justiça ambiental não tem, às vezes, vontade de falar sobre porque é desesperador. E aí a gente precisa entender também que muito do que a gente está falando, do que a gente está pesquisando, do que a gente está lendo em livro são pessoas e essas pessoas estão sofrendo com isso. E eu trouxe para vocês, para a gente humanizar mesmo essa parada, essa moça da janela que não dá para ver direitinho o nome dela é Daniele. A foto dela com a filha dela. Ela é vizinha da minha mãe, eu a conheço desde pequenininha. E teve uma época que a gente estava produzindo 4 podcasts para dar um panorama para quem é de fora da Maré, como que funcionava, como que é o saneamento básico da Maré. Inclusive, eu recomendo vocês darem uma olhada, é um bagulho bem sensorial, parece que vocês estão andando na Maré mesmo

conversando, sabe? E aí a gente foi gravar com ela uma semana depois que ela tinha acabado de perder todas as coisas da casa dela mais uma vez, porque sempre que chove, quando o valão sobe, volta no banheiro, volta no ralo, então enche a casa dela e ela perde tudo. E aí a gente viu ela mostrando tudo, a gente viu a filhinha dela falando “olha, eu perdi meus bonecos, eu não tenho, eu ganhei um saco de brinquedo e meus brinquedos estão perdidos, eles estão molhados, eles estão sujos”. E essa essa segunda foto é à vista que a Danielle tem todo o dia que ela sai na porta, na janela dela. Eu moro próximo dessa rua, então eu passo ali e já é desagradável, imagina quem acorda e dá de cara com isso. Então é sempre importante a gente pensar que quando a gente está aqui sentado nessa mesa, discutindo, falando sobre meio ambiente, sobre crise climática tem uma galera que está passando fome, tem uma galera que está ali perdendo tudo, sabe? E aqui eu trouxe mais fotos de ações e mobilizações que a gente já fez de distribuição de jornal, de distribuição, de carta de saneamento, mas para a gente trazer mesmo essa perspectiva de humanizar a parada, porque, enfim, a gente que sofre na pele sabe como que as coisas acontecem. Quanto mais você vai para a rua, mais você vai fazer esse trabalho de frente, mais você se desespera assim, mais você vê que a realidade pulsa e é também para dar um incentivo para gente que que está fazendo essa parada, para entender que tem mais pessoas com a gente e quando a gente está andando, está fazendo, está indo tem muita gente que está vindo atrás, sabe? Para assim, para a gente não desistir, enfim, aí foi esse. Queria apresentar para vocês o CocôZap e o data_labe. Falei voando.

Gisele Moura: Falou certinho. Nem precisei fazer nenhum comentário. Obrigada, obrigada vocês todos. Eu acho que agora a gente abre para as perguntas. Então deixa aí para a turma falar o que quiser falar é, tinham me dito que eram 3 rodadas. Eu não sei como funciona, deixa aberto para quem perguntar a gente vai respondendo? Está bom. A Ju quer fazer uma contribuição antes também, tudo bem?

Juliana Coutinho: É, eu queria fazer um adendo no que a Shirley trouxe, porque eu acho que isso é uma personificação mais ou menos do que ela estava trazendo sobre o meio ambiente e violência. Eu acho que, de fato, a gente tem uma dificuldade muito grande de ligar esses temas e através do mapa da desigualdade, outros mapeamentos que a gente teve, inclusive, o Atlas da violência, de novo, Queimados é a segunda cidade mais violenta do estado do Rio de Janeiro. E não é por morte alvejada de tiro, as pessoas não morrem por tiro, não é essa a principal violência contra a pessoa. Então acho que para linkar isso da violência e o meio ambiente é importante a gente entender quando a gente está falando de violência, a gente está

falando de violação humana e quando você, se você morre por conta de uma doença que você pegou em uma enchente, se você morre ou por da falta de alimentação, porque você perdeu tudo numa enchente, se você morre por conta de afogamento desses processos, contaminação do ar, contaminação do solo isso também é uma violação de direitos. Isso também é uma violência. Então acho que isso é uma temática muito importante para a gente pensar quando a gente pensa em clima, meio ambiente, quando a gente pensa dignidade, porque uma coisa não está separada da outra. Então acho que pensar nessas perspectivas e também sobre isso, sobre esse contexto histórico. As tecnologias ancestrais, elas são ancestrais, porque elas vêm de muitos anos. Elas estão aí pautando a dignidade humana para as pessoas deixarem de ser sobreviventes, para ser, para viver. Então, assim, então é pegando esse link de que a violência e o meio ambiente precisa ser pautado, visto da ótica também acadêmica, porque a academia dentro desse processo tem um papel muito importante, porque para a gente que está ali no lado de convivendo com a violência, com a falta de estrutura, a academia nos pauta e nos valida dentro também do setor de vivência, porque uma coisa é a gente levantar isso só como sociedade civil, outra coisa é a gente levantar isso como sociedade civil, como academia. Isso traz um outro peso, inclusive para a gente poder credibilizar as nossas ações e para além, para gente também viver porque a gente morre pautando isso. Então acho que é importante a gente entender que não só morre com os desastres ambientais, a gente morre também dentro dos processos de violência corporal, porque isso é conflito de interesse, né? A galera ganha dinheiro com isso, então acho que é só um pouco desse adendo que eu queria trazer também.

Gisele Moura: Obrigada, Ju. Gente, primeiro eu queria só falar que é difícil ser mediadora, tá? Eu estou aqui me coçando para falar, mas eu estou, gente, vou respeitar o tempo. Eu só queria colocar aqui, eu acho que a academia, aqui, a gente está fazendo um papel muito legal, importante de dialogar entre pares. E daí eu trago duas coisas assim, uma é que a academia também tem sua culpa, eu acho que é importante a academia fazer só meia culpa, de o quanto a gente não apagou saberes por uma questão de hierarquia de saber. Isso não é ciência, isso não está aqui dentro, não seguiu nossos métodos e técnicas, então isso não é ciência, né? Enquanto é ciência e é ciência porque muda a realidade do território. Então aquela senhora que teve uma incidência no território para colocar água, para colocar luz, para limpar o valão, enfim, várias incidências aí. E daí outra coisa também é entender que a favela não é uma coisa posta, né? Cada favela tem só dinâmica, enquanto sobe a água na vizinha da Maria, em outras não sobe a água para beber, porque é morro. E daí depois o estado quer olhar para um todo e falar, nas favelas, o pacote de soluções é assim e quer que caiba em todas as favelas. Então,

enfim, falei aqui que estava me incomodando um pouquinho, mas aí abro para as perguntas e já tem uma mãozinha ali levantada, se você puder falar o seu nome e manda a pergunta e para quem se direcionou ou se é para todo mundo.

Maurício: Desde já eu me apresento, me chamo Maurício, sou pesquisador e mobilizador da Redes da Maré, sou conluente aqui do sétimo andar de Direito. É difícil, muito difícil, na verdade, entender essas outras relações das outras ciências, porque o direito ele tem como hábito de pensar a ciência a partir dele mesmo. Mas quando volto pra Redes a gente começa a ser provocado e analisar outras perspectivas. Eu acho, saudar vocês pela construção da mesa. Eu acho que a complementaridade dela é muito interessante, muito provocativa e eu gostaria de fazer inclusive coro nessa provocação da universidade, porque fica muito na pegada de Lima Barreto, quando ele fala dos brasileiros bruzundangas, ele só dá validade a partir do momento que vem desse saber oficial, né, saber histórico, inclusive quando, eu sou pesquisador de história do Direito, sobretudo em fontes primárias, e pesquiso muito jornais antigos e quando a gente vai olhar para a Maré, basicamente que é o meu objeto de estudo, na década de 60 e 80, quando se fala da intervenção da universidade na Maré fica muito dentro da lógica colonialista, né? Tem um exemplo de uma reportagem em que os alunos de nutrição eles vão fazer um projeto de pesquisa na Maré e a reportagem exatamente assim “alunos da faculdade de nutrição ensinam favelados a comer”. Então eu acho que a gente tem que pensar muito quando a gente chama a universidade para dentro da favela, qual é o tipo de construção que a gente quer, né? Talvez não seja uma construção que necessariamente valide, mas que possa caminhar junto e que possa ser construída justamente pensando na lógica do posto e sobreposto. A gente traz para a faculdade, para a universidade, para a academia, e academia problematiza, gera o contraditório, a gente volta e vamos construindo, pensando na melhor eficiência. Eu gostaria de provocar a mesa sobre a lógica da tecnologia ancestral, porque sendo muito honesto quando eu penso na minha mãe, minha mãe, ela, ela quando ela pegava água do outro lado da Avenida Brasil, porque eu sou morador da Maré, ela não contava sobre essa tecnologia a partir dessa lógica. Na verdade, ela queria superar essa tecnologia, né? A lógica de, eu esqueci o nome daquele negócio que puxava a água, rola, né? Quando ela falava do rola, não falava dentro dessa lógica “olha, criamos essa tecnologia para superar as dificuldades”. Pelo contrário, ela, junto com outros, com outros atores, outros agentes do território, vai falar “olha, essa tecnologia aqui é uma necessidade, mas a gente precisa superá-la” e é isso que vai acontecendo. E eu também achei interessantíssimo que a Juliana traz sobre a lógica da incidência da produção do conhecimento, porque muitas vezes eu

acredito que o conhecimento ele vai sendo gerado e parece que a impressão que eu tenho é que fica nas telas de PowerPoint. Então eu acho interessante quando você vai ocupar os espaços do conselho. Por exemplo, hoje na Maré, nós temos duas ações civil pública voltadas para a lógica da discussão do saneamento. A primeira foi a partir de entidades que foi movida pelo Ministério Público discutindo a lógica do Piscinão de Ramos, porque o Piscinão de Ramos, não sei se vocês sabem, na década do início dos anos 2000, pensando numa compensação ambiental, né? A Petrobras, ela polui lá a baía de Guanabara e o governo do estado utiliza aquele acho que foi município, utiliza, Garotinho utiliza o recurso para construir o Piscinão de Ramos, mas dentro desse recurso, uma das perspectivas era justamente pensar é o saneamento básico e isso é deixado de lado. Agora, o Ministério Público volta com essa discussão. Houve o avanço da ação civil pública e já foi sentenciado, inclusive na área, no momento de licitação. E um outro processo que está correndo agora, que é um morador da Nova Holanda, ele vai até o Ministério Público e vai discutir isso. Ele fala assim, “olha, na Nova Holanda não tem esgotamento, não tem esgoto” e isso por si só vira uma outra ação civil pública. E a gente está avançando, só que tem uma discussão que eu acho muito interessante e talvez seja a minha maior provocação, quando vem o procurador do município, ele diz exatamente assim, olha, essas pessoas, porque não sei se vocês sabem, diante de um ato, de uma ação tem aquele que é autor e tem o outro lado que é o réu, né? E nesse lado do réu entra o Governo do estado, o município e acho que Cedae. Aí todos são chamados para se manifestarem. Aí a procuradoria do município que é aquele que defende o município, ele fala assim, “olha, essas pessoas que estão aqui, elas invadiram esse território e então eles estão cometendo crime ambiental, precisam ser desapropriados” e eu acho que talvez essa parte não deva ser nem tão agressiva a partir do pressuposto que o estado é assim mesmo. Mas o pior é quando ele pega e fala que aquele conjunto de favelas estava ferindo o cartão postal do município do Rio de Janeiro, aí volta para a lógica que vocês estavam falando de racismo, né? E tem uma outra situação: quando eu trabalhava em escritório, ia muitas vezes para os tribunais, ouvir a lógica de sustentação oral e tudo mais, e uma vez tinha uma pessoa da Baixada que estava requerendo uma indenização por danos morais porque a água não estava chegando na casa dela e decisão que eu ouvi de um dos desembargadores, foi incrível. Ele chegou e falou assim, “olha, eu moro na Barra e tem os reservatórios, então todos os dias, quando eu preciso regar as minhas plantinhas, eu consigo acessar meu reservatório, ligar e regar”. E quando eu fui olhar para o grupo de mapas do território da Baixada, eu vi ali uma região precária e não tinha muitos reservatórios. Então, eu fico me perguntando, se eu conceder essa indenização aqui, daqui a pouco vai ter uma fila de pessoas querendo também

indenização por danos morais, porque todos sabem que o fornecimento de água é intermitente, né? Então, por que não esses moradores colocarem em caixa d'água nas suas casas? Olha só, qual foi a solução geniosa dele. Então a minha provocação é porque em regra nós vemos muitos debates sendo pautados a partir do legislativo e do executivo, só que eu vejo um pouco o debate voltando para essa lógica do judiciário também. Então eu fico me perguntando, de que forma a gente provoca academia, engessando o coro que vocês trouxeram e um que é pouco falado, que é o judiciário, porque em regra a gente pauta todas essas discussões para que isso vire lei e depois que vira a lei, a gente não vai a bater na porta do judiciário e falar assim “olha, cadê o cumpra-se?”. Então eu acho que a minha preocupação fica muito nisso, mas eu gostaria muito que isso fosse uma roda de conversa, não fosse uma pergunta propriamente dita porque as discussões estão sendo trazidas são muito boas. Obrigado, pessoal.

Juliana Coutinho: Eu posso?

Gisela Moura: O que vocês preferem?

Juliana Coutinho: Vamos fazer uma roda toda? Está bom, melhor que a gente vai anotando.

Giovanna: Gente, queria agradecer muito pela mesa, enfim, pelo debate. Meu nome é Giovanna, eu faço doutorado no IESP, sou assistente de pesquisa do BONDE, que é um dos organizadores do evento, então queria agradecer, enfim, porque faz parte da minha pesquisa e também pelo BONDE, então, muito obrigada. Para contextualizar um pouco eu estudo como a militarização, estudo a Maré e a Palestina, pensando como a militarização nesses lugares afeta as infraestruturas urbanas e pensando, principalmente, como as mulheres produzem o cotidiano a partir disso. Então, a minha pergunta está um pouco relacionada a isso assim. E aí, fica para quem quiser responder. Eu pensei na pergunta, muito pensando na sua provocação, Maria, de que vocês pensam o saneamento junto com o gênero e raça, né? E aí a minha pergunta é pensar, para pensar um pouco, para vocês falarem um pouco sobre como essas coisas se entrelaçam, porque eu vejo que muitas vezes os exemplos que vocês dão são muito tipo sobre dessas tecnologias de meio ambiente e tal, são muito sobre o trabalho doméstico, que muitas vezes as mulheres produzem para pensar e para, enfim, produzir estratégias para lidar com a falta de saneamento básico, de água e etc. Então pensar um pouco sobre como essas coisas se relacionam, tipo gênero, saneamento, meio ambiente, gênero e raça, principalmente, mas, pensando o gênero como uma categoria central para o debate. Obrigada, gente.

Márcia Leite: Gente, meu nome é Márcia Leite, eu sou professora aqui na UERJ e trabalho exatamente com Sociologia Urbana e com favelas e periferias. Eu, primeiro, vou ter que me desculpar porque eu vou ter que sair no máximo em 10 minutos. Eu acho feio para caramba, até falei com Palloma que não iria falar. Mas, enfim, resolvi falar, porque, primeiro, para agradecer porque achei essa mesa maravilhosa. Eu sou mais velha, trabalhei muito com movimentos em favelas e etc., e quando vocês apresentam essa quantidade de iniciativas muito consistente. Falando a verdade, só conhecia a Redes da Maré, mas também todo mundo conhece a Redes da Maré e eu gostei muito do que vocês apresentaram, mas ficou uma ideia atravessando a minha cabeça o tempo todo, como é que capilariza? Como é que capilariza? A Shirley escolheu, foi a única que escolheu, ela falou rapidinho do censo, da iniciativa do censo da Maré e depois ela falou das muitas batalhas a vencer. Eu concordo com todas. E eu acho que a questão do argumento da violência, é um argumento também para precarizar os serviços do estado, todos. Concordo inteiramente com a questão dessa relação desigual e às vezes até meio covarde da produção de conhecimento dos territórios, favelas e periferias com as universidades. Gente, uns dois, três anos atrás, acho que talvez a Palloma pudesse falar um pouco mais, porque é uma questão central para nós também. Tanto que somos parceiros do Dicionário de Favelas Marielle Franco, que está tentando operar isso. E aí? Depois que o amigo falou que eu esqueci o seu nome, você fala muito bem, eu fiquei deslumbrada. Eu estava pensando em capilaridade, como enraizamento para baixo, mas não só enraizamento. O primeiro momento disso de indicar, fazer um ato, parar, só que tem o depois. Porque você estava falando em ação civil pública, você estava falando numa dimensão do conflito que é judicializada, né? Então, como eu não sei porque também não é um problema só de territórios de favela e periferia, mas de todos nós e por isso, acho que também achei bom, vai ficar meio feio eu sair, mas por outro lado, a gente só vai ter que pensar junto para ver se encontra. Então quer dizer, essa capilarização para baixo e trazer isso para outras maneiras, outras formas de ação, outras formas de luta. A judicialização é outra. A política é outra porque, por exemplo, o que vai acontecer nesses territórios nas eleições do ano que vem? Vão votar nos mesmos candidatos, vão eleger o superintendente do Águas do Rio, sei lá por hipótese, né? Ou seja, você vivencia os problemas, você luta, você faz um abaixo-assinado, você até faz manifesto, até organiza e depois? Não acho que é fácil, não. Não é um problema de favelas e periferias, mas exatamente por isso, acho que talvez a gente possa começar a pensar juntos, obrigado.

Shirley Rosendo: É, eu só queria saber se tudo bem passar na frente, que ela vai sair. Daí dar

a resposta dela. Depois a gente faz rodar. Então eu acho, eu acho que a história ensina a gente. A gente tem que ter a oportunidade de rever um pouco a história. Eu acho que a gente, das organizações da sociedade civil, a gente tem que pensar nos nossos papéis, sobretudo quando você pega a história de favelas, você vê todo um processo de mobilização que não surge nada. A gente sempre falou, isso é questão material, não tinha casa, não tinha água, então a gente se mobiliza porque ou se mobiliza ou morre, né? Por isso que eu falo assim, a Maré tem muita coisa, então, é até difícil organizar e o processo de mobilização. Então eu acho que cabe a gente também pensar um pouco nisso e eu acho que a gente precisa atualizar um pouco a linguagem e também, às vezes, separar, não sei porque eu sou, eu gosto tanto da academia, gosto tanto de estudar, comunicação com mobilização. Estava falando exatamente isso com o Maurício vindo para cá. Comunicar todo mundo comunica. A gente produz pesquisas e solta, solta, solta. Mobilizar é bater na porta do morador e não entregar o papelzinho lá embaixo, que nem entregam para a gente ali na porta, não. É se propor a discutir, porque eu acho que se a gente teve em algum momento da história um processo de imobilização, que surgiu a partir das lutas concretas, como que hoje a gente desvela que essa realidade não é, não está adorável não? Não tenho a menor dúvida que todo mundo na Maré, não acha legal, por exemplo, morar em frente ao valão, mas porque as pessoas vão morar em frente ao valão? Como é que a gente fala de direitos para as pessoas e eu acho que a gente tem que ouvir. Eu sempre falo isso, processo de mobilização é caro para caramba, mas ninguém quer pagar, não. Passa o dia inteiro na rua conversando com morador. E eu acho que a gente vive um esgotamento às vezes das forças. O que o estado fez com as associações de moradores ao longo da história é muito triste. A gente tinha um movimento de luta que se reuniu, veio o estado cooptou, não deu certo, vai cria a Fundação Leão XIII e cria não sei o quê, cria não sei o quê, não para fortalecer a luta, mas para desmobilizar. E aí com todas as questões que a gente viu, aconteceu no Rio de Janeiro, hoje as associações, inclusive de moradores tem uma imagem muito negativa. Aí vem a gente das organizações da sociedade civil. Não tem problema nenhum com quem pode. Na maré tem duzentas, e eu vou falar isso enquanto moradora e não como coordenadora do eixo de direitos urbanos, por mim pode ter vinte ONGs na Maré, duzentas, mas se elas não contribuírem com o processo de mobilização sinto muito, a gente vai criar a exceção dentro da regra. Porque eu tenho 140.000 moradores, eu tenho 30.000 jovens que são muito potentes. Dar um curso pré vestibular sem contextualizar na história, sem voltar, sem criar processos de mobilização, o que a galera fazia nos anos 80 não dá. E eu acho que tem uma coisa que é muito característica da gente que é jovem que é a capacidade de criar estranhamento e criar afastamento daquilo que foi criado. Hoje, graças a

Deus, falam de ancestralidade. Márcia provavelmente deve saber disso melhor do que eu. Na virada dos anos 90, 2000 não era bem assim, não. A ideia de ser jovem em movimento social, como é que passa isso? Acho que ainda está fazendo uma pressão muito equivocadamente, porque ancestralidade passa por um monte de questões. Então eu acho que a gente tem que aproveitar a era dos direitos como eu costumo chamar, porque depois do bolsonarismo, a gente está vivendo a era do direito. Todo mundo reivindica o direito, todo mundo judicializa a questão, mas como a gente amplia isso e amplia a maneira de luta? A CP da Nova Holanda, ela surgiu tipo a partir de denúncia anônima que o morador fez no Ministério Público. Provavelmente alguém, em algum momento falou para ele que existia o Ministério Público. E eu acho que assim tem que capilarizar. Tem que ir para a rua mobilizar, tem que criar formas de mobilização. A gente vive em territórios que são muito complexos. A violência tomou, ela é a justificativa para não fazer, mas ela também é um processo real, então, principalmente vai criar exceção. Assim, na Maré tinha 0,05% de universitários em 2000, em 2010, a gente tem 1%. Cara, 1% de uma população que tem quase 30.000 jovens. Então acho que assim, eu acho que se a gente não investir em processo de mobilização, capilarizar entendendo as demandas que cada um tem, porque é isso, um morador que acorda às 4:00 da manhã para estar às 07hs trabalhando, chegando às 20hs, não vai querer te ouvir. Necessariamente, eu sinto muito. Eu sempre falo isso pra eles, não sei porque eu estou ficando velha. Evento final de semana? A gente trabalha a semana inteira, como que a gente vai organizar isso? Então acho que tem, e olhar para os perfis. A gente não vai atender às vezes todos os perfis. Então como é que a gente faz isso? E a gente retoma o espaço público. Eu tenho falado muito disso. A gente precisa retomar o espaço público, essa coisa de estar fazendo as pesquisas de jornais. O jornal não é uma verdade, mas tem uma coisa que me surpreendeu muito assim, que é ainda que as imagens fossem equivocadas sobre os estudantes da UFRJ de nutrição e que vai lá e fala todas essas besteiras, mas tinha uma coisa que eu vi assim no jornal, estudando educação, que era de 40 a 80 você via uma série de coisas acontecendo na Maré. Escola era aberta, a universidade vai fazer atividade não sei quê. As pessoas inventam coisas para estar naquele lugar, especialmente no espaço público. Depois dos anos 90, isso acaba. A gente está sempre fazendo as coisas no meio. Dentro de uma instituição, com muro. Eu falo que evento para mim tem que ser na rua. Então, a gente precisa também ocupar esse lugar.

Gisele Moura: Desculpa, gente, mas acho que merece. Também fico assim que a mobilização é o único jeito, enfim. Agora eu acho que vamos passar para a do Maurício e depois a gente ouvir a resposta da Juliana, pode ser?

Juliana Coutinho: Eu vou responder a pergunta do Maurício que trouxe para a gente essa perspectiva, trouxe para a gente essa perspectiva sobre a tecnologia ancestral. Bom, acho que primeiro é importante lembrar que as favelas, elas não são lineares. A gente discute de determinados lugares diferentes, então, enquanto uma favela da capital está pautando uma parada, a gente ainda vive num processo coronelista muito grande. Então assim, se você abrir a boca, você morre ou você morre pelo tráfico ou você morre pela milícia que também disputa o tempo inteiro toda hora, né? E aí eu acho que esse processo de tecnologia é uma narrativa onde a gente conseguiu fazer com que a favela seja ouvida de alguma forma. Por que? Porque a tecnologia não é só pegar a água de um lugar, ela pode ser um ciclo econômico, inclusive. No nosso filme a gente tem um episódio específico, que é onde tem, existe um criador de tilápias em um determinado, inclusive nesse lugar desse território que mais sofre com enchentes, né? E esse criador de tilápias é feito em um lugar em específico, com água produzida com a plantinha de Santa Luzia, que é uma planta que dá nas áreas de manguezais do território. Então não foi comprada, foi tirada ali para poder fazer o ciclo, colocado em um determinado lugar porque a plantinha de Santa Luzia, ela filtra água e ela coloca, deixa grudadinho nas suas raízes a alimentação para a tilápia. Então, ele capta a água da chuva, faz com que a água caia nesse lugar, a planta de Santa Luzia faz com que gere alimentação para a tilápia e ao mesmo tempo filtra a água e a tilápia, ele pega a tilápia, vende a pele dela para a Fiocruz, porque lá tem um processo de cicatrização, ela tem um processo de cicatrização muito forte, e ele come o peixe. Então, tipo, é um ciclo completo ecológico, então isso é uma tecnologia ancestral, porque isso não é uma tecnologia que vem de agora. Isso é uma tecnologia indígena, isso é uma tecnologia quilombola. Quando a gente fala tecnologia ancestral, a gente está dando nomes, porque, como a Shirley trouxe, é muito necessário a gente dar nome para determinadas coisas para que isso seja massificado por uma informação, porque dentro do processo histórico a gente vê que a oralidade é um dos fatores que mais atravessam as pessoas que são quilombolas, as pessoas faveladas, as pessoas de matrizes indígenas dentro dessas questões e a gente tenta trazer isso para a academia, não só para validar, porque eu acho que a academia entra dentro desse processo de validação social, porque a gente vive num modo de produção capitalista. Infelizmente. E aí, quando a gente chega em determinados espaços, a gente esbarra dentro desse conflito e a gente não consegue investimento no território, a gente não consegue fazer com que a galera desenvolva a partir disso. Então a gente viu que a tecnologia e essa questão da ocupação desses espaços vindo dessa narrativa é uma forma da gente conseguir fazer com que a oralidade seja também pautada dentro da

academia e na minha visão, e pode ser um achismo, mas é uma visão de contracolonialismo, porque eu acho que a gente não é nem, eu, particularmente, não sou neocolonialista, eu sou contra colonialista mesmo, porque eu acho que esse processo de colonização é justamente esse processo que a academia ocupou o nosso território, o território brasileiro e que aí acaba atravessando todos os processos de apagamento histórico. Então isso é uma forma de recuperar, porque é isso, a gente não está aprendendo isso de agora. Essas são coisas que já vêm dos nossos antepassados. Já vem dos nossos territórios e nos territórios que a gente não consegue nem sair de um jornal, porque é isso, a gente está falando do Bacurau, gente. Quando eu boto, eu comparo assim, porque é umas coisas assim que você fala assim, meu Deus, para vocês terem aquela noção, esse negócio está sendo gravado. Para vocês terem noção tipo assim, o ex-secretário de segurança pública do território, foi preso por tráfico de pessoas. A gente está falando de um território que é muito louco assim. Então quando a gente vê uma pessoa que trabalha com isso, faz um desenvolvimento tecnológico desse, onde ele consegue gerar economia, preservar o meio ambiente e garantir a soberania alimentar, porque ele está comendo peixe saudável. Mano, é algo para a gente que a academia precisa pautar isso e devolver para o território, porque uma das coisas, é uma das pequenas críticas que eu acho que é essa, porque críticas também são necessárias para academia é que, infelizmente, nem todas as pesquisas são devolvidas para o território. Então a galera vai lá, pesquisa e mete o pé e a gente quer saber o que é que aconteceu. Ah, você vai lá pesquisar saúde, a gente quer saber o que foi que deu. A gente vai ter câncer, não vai ter câncer? A gente está com problema de pele, não está com problema de pele? Então tudo isso perpassa por esse processo contracolonialista que é você dar voz para quem precisa ter voz, por exemplo, para mim, de fato, uma mãe de Santo, ela tem mais autoridade e mais capilaridade de inteligência do que Karl Marx, com todo o respeito, porque para mim é ela que rege a sociedade que eu vivo. Ela pauta tecnologia, ela pauta soberania alimentar, ela pauta respeito. Ela pauta ancestralidade que eu acho que é de onde vem esse resgate que está acontecendo agora e que eu acho que é muito importante a gente levantar a forma que a ancestralidade está ocupando esses espaços, para gente garantir que o respeito a essas pessoas que fizeram por nós em todos os processos sejam efetivos. E eu acho que dentro da pesquisa de gênero e raça que foi levantado justamente bem essa perspectiva de quem sofre e quem é que constrói? Se você pegar a base de dados, quem fala sobre soberania alimentar, quem está garantindo a mobilização de qualidade nos territórios, quem está fazendo com que a comunicação chegue, quem está cuidando, são mulheres. Isso já é algo bem significativo para a gente que é a pessoa que mais sofre, que volta naquilo que a Shirley falou, porque assim, quem acorda 4hrs

hora da manhã, está fazendo não tá fazendo, ninguém está pautando hoje isso aqui eu gostaria muito de não ter que mais pautar isso aqui porque eu vou estar com a minha dignidade garantida, mas eu sei que os primeiros impactados eu vou estar ali. Então, é um lugar de desespero também de fazer com que as pessoas comecem a pautar meio ambiente e justiça climática de uma pauta de desenvolvimento é porque, de fato, quem vai sofrer mais vão ser as mulheres e as mulheres pretas que seguram a base brasileira dentro de um contexto histórico absurdo. Então assim, a gente precisa pautar isso e a gente precisa interseccionar esse tema, porque a gente vê quem são os principais impactados e a gente sabe que esses principais impactados também são os principais que estão buscando a tecnologia, que estão buscando essa visão de construção de futuro. Eu acho que a tecnologia precisa ser pautada também desse lugar, porque a tecnologia, a primeira tecnologia existente na humanidade, foi a agricultura que foi quando a pessoa descobriu que ela plantava, poderia comer, tirar dali, cozinhar, enfim. Então essa tecnologia de tirar, depois do fogo, depois dos elementos, saber que você poderia tirar e comer um alimento e aquilo ali vai te dar sustância, isso é uma tecnologia e essa tecnologia que é baseada na pré-história, ela precisa ser pautada hoje, porque a gente vai, o mundo vai acabar e o mundo tem prazo para terminar. Então essa busca ancestral é a busca desesperada de pessoas que estão na base da sociedade que estão tendo que lidar com isso, que estão cansadas, por isso que eu acho que é muito importante a academia entrar dentro dessa discussão porque a galera está ficando cansada, eu posso falar isso por mim. Entendeu? A gente está ficando cansado porque é muito difícil. A gente tem que pensar, mobilizar, porque essa questão da comunicação e mobilização é algo muito verdade. Comunicação é uma coisa, mobilização é outra, irmão. Eu que mobilizo o meu território, eu sei. Então, é outra. E detalhe, e dependendo de como é o conflito do território, você tem que ter uma estratégia muito boa para fazer isso. Tá ligado, tem que ter uma estratégia muito boa, porque senão tu morre e morre fácil. Entendeu? Então, tipo assim, é uma coisa, porque é isso, no final das contas, qual o corpo que é passível de morte? É o mesmo corpo que está faltando justiça. Então assim é, é um. É um ciclo que é voltado para mulheres, voltado para pessoas pretas, pessoas indígenas, porque essa perspectiva da água é muito presente. O norte, a questão do Amazonas, é algo muito recorrente. A gente vê que assim, por exemplo, está todo mundo falando da Palestina e eu acho necessário pautar Palestina, mas ninguém está falando da Amazônia, gente, que o rio Negro está seco. E aí, qual é a tecnologia que a gente vai trocar para eles, para poder auxiliar, porque aquilo que está acontecendo lá vai interferir a gente aqui do sudeste. Pode ter certeza, porque lá é o surgimento das chuvas. Se lá não está chovendo, como é que vai ser o verão aqui? Quando for chover, como é que vai ser? Vai sair rasgando,

porque tem queimadas à beça em várias serras, o Rio de Janeiro é movimentado por, eu também gosto muito de geografia, movimentado por montanhas, e essas montanhas e serras pegam fogo direto e aí quando chover, o que é que vai acontecer? Não vai ter mata ciliar para segurar a velocidade da água vai descer rasgando os territórios então isso é uma realidade que vai acontecer e que é uma forma meio que desesperada para a gente poder garantir que a narrativa e a capilaridade que é a pergunta, porque eu acho que a capilaridade é fazer com que os investimentos cheguem para esses territórios, é que a narrativa seja algo linear, que as pessoas comecem, de fato, ver que a pauta de desenvolvimento precisa ser passada pela pauta climática e de justiça, e que perpassa pela pauta racial e a pauta de gênero. Então, acho que tudo isso tem interligado e eu acho que uma pergunta foi unificando a outra e é isso. Obrigada.

Maria Ribeiro: Eu acho que tudo que a gente fala se complementa muito, porque são realidades muito parecidas, né? E uma coisa que a gente enfrentou no CocôZap é justamente o que a Juliana falou, a gente usar comunicação, a gente não está usando a mobilização, então a gente fazer um projeto que ele vai para o WhatsApp para poder chegar em mais gente. Ele não necessariamente chega na dona de casa que tem cinco filhos para cuidar, precisa cuidar da casa, que se a casa dela encher, ela precisa dar conta daquilo ali, então as mulheres donas de casa, são as que mais sofrem com a falta de saneamento básico, mas elas são as que são menos ouvidas também, então a gente chegou num momento que entendeu, olha, a gente não está chegando nas pessoas que estão mais sofrendo, a gente precisa fazer alguma coisa e aí foi quando a gente foi para a rua. Foi quando, na época, que a gente criou as embaixadoras do CocôZap. E aí foi o que a Shierley trouxe, quando você vai para a rua, você enfrenta várias adversidades. E aí você enfrenta várias pessoas diferentes e não é fácil você abordar uma pessoa na rua e querer conversar com ela se a Águas do Rio veio falar com ela, se Águas do Rio botou um relógio lá. Primeiro, que morador é muito traumatizado com pesquisa, porque as pessoas entram no território, vão fazer pesquisa e não estão nem aí o que é que vão devolver para a gente, não estão nem aí como que eles estão, como que a gente está sendo abordado. Então, eu mesmo como moradora, prefiro me afastar. E aí quando a gente vai abordar essas pessoas, a gente tem essa dificuldade também, porque não é poxa, eu estou na minha calçada, tomando vento, está calor para caramba em casa eu estou só aqui, sabe? Não queria responder um formulário de 15 minutos. Então a gente tem que ver mesmo a estratégia de como conseguir chegar nessas pessoas. E aí uma coisa que eu acho muito interessante, que a

Redes faz muito bem, que a gente tenta fazer com projetos particulares, até porque a gente tem que dar conta de muita coisa dentro do data_labe é de proporcionar espaço para que essas mulheres, elas estejam inseridas na discussão. Então, mulheres donas de casa foram privadas de educação muito cedo, então nesses espaços onde a gente consegue dialogar mais, elas não estão. A Redes tem a Casa das Mulheres, que é muito interessante, que dá, oferece curso para as mães, então para as mulheres mais velhas, e aí elas conseguem estar aí naquele momento onde muita coisa pode ser debatida. Então essa é uma oportunidade muito grande, sabe? De você não necessariamente abordar a pessoa na rua, não esperar que esse retorno ali, mas poder proporcionar um local, um ambiente para que ela absorva essa informação para que ela consiga se identificar e trazer para a realidade dela, sabe? Então eu acho que é isso, são as pessoas que mais sofrem, mas a gente, para chegar a elas, a gente precisa ouvir. A gente precisa sentar e conversar e a gente precisa proporcionar esse espaço para que elas consigam adentrar na vida delas, que não seja só uma devolutiva para a gente que está pesquisando, mas que também ajude ela a aprender uma tecnologia nova, a aprender a replicar aquilo ali na vida dela, e acrescentar, acho que é isso.

Gisele Moura: Vitor, que complementar?

Vitor Mihessen: Posso, então, também fazer alguns informe e convites. Não sei se já está fechando. Não é, é só para não dizer que eu não ouvi todo mundo, Hein? Pode abrir aí o fechamento. Enfim, essa semana não, semana passada que aconteceu na Zona Oeste, acho que fala muito sobre essa deturpação do público também, do olhar sobre o que é público e dessas distâncias e desse afastamento. Enfim, e distâncias físicas, claro, mas distâncias também ideológicas assim e acho que pensar nas tecnologias, acho que enfim, Ju já fez a super defesa. Inclusive a gente vai com essa vai estar na Alerj, dia 9, meu celular acabou a bateria ali, mas é dia 9, às 18:00 a gente vai fazer uma audiência pública, de fato, colocando aí a Secretaria de Ambiente, o IRM, Instituto Rio Metrópole para ouvir, basicamente, essas lideranças a partir dessas tecnologias sociais e ancestrais e como que aquilo pautam políticas públicas também. Então é um convite aí, mas também de alguma maneira, falando sobre esse trabalho um Guia para a justiça climática dessas quinze tecnologias que a gente mapeou ali, mas também muito com parceria com o Favela Sustentável. E aí, enfim, tem desde filme e as linguagens todas, filme ao teto verde lá. Até Agenda Realengo, enfim, até a galera do reflorestamento lá da da Serra do Vulcão, enfim, vão estar ali pautando as prefeituras, que a gente está convidado também e o poder judiciário que acho importante que foi falado na fala do

Maurício. Estive lá naquele dia, né Shirley, da CP, e com incrível é essa partilha dessa e que de alguma maneira tem uma comunicação ali que é feita por essa denúncia, mas que é, como é que isso, de fato, é um instrumento da população para acionar desmandos. A gente está ali também com a CP do volume mínimo da água e a gente viu ali, né, Fabi, Lenon, Paola, foram até a porta, onde a gente entraria como *amicus curiae*, do Direito, mas entraria complementando com esses dados, dados do mapa. Coisa que a gente já fez no transporte, a gente pega os dados, coloca no ofício que vai questionar ali a SuperVia para reduzir o aumento da passagem ou para manter preço como a gente já conquistou há alguns anos. Mas que esses dados, é isso, façam parte dos ofícios, dos textos e da narrativa que é colocada e que não é produzida por nós e quem está lá também figurando nessas tomadas de decisão ali do poder judiciário, mas que é isso, que maneira que fica e não dá para driblar o que a gente está constringendo aqui. Quando a gente vai para a mídia, a gente tem um constringimento que esses mapas, por exemplo, o plano diretor, a gente mostra ali quantos que estão defasados. Aí as prefeituras, algumas ligam lá para Casa, dizendo “Ah, não, mas a gente está aqui em processo”. O outro agora de, enfim, está gravando. Mas o cara ligou lá e disse assim “não, a gente tem um plano. Vocês disseram no mapa que a gente não tem o plano, o plano está aqui. Eu estou olhando para ele”. Ah, meu amigo, mas só você está olhando para ele assim. Quando o plano não está na internet, o plano não foi votado, o plano não virou decreto, não está no diário oficial. Aí enfim, tem um processo de colocar na internet alguns planos quando a gente divulgou. Então, assim tem uma incidência também que é possível a partir dessa, enfim, da comunicação, da mobilização em torno destes mapas e vários materiais, de mapas que foram produzidos. Por exemplo, a da Agenda Queimados, que teve muito a ver com a distribuição de cesta na pandemia, se chegou ali nas famílias, a gente montou um curso específico para aquelas famílias ali. Então isso é mapeamento local também que gera produção. Então acho que é pensar a partir dessas tecnologias também, dessas metodologias, assim, que as metodologias são tão vivas quanto o território é. Então vão sendo adaptadas e transformadas, mas acho que valorizar todas elas. E aí, a gente, também, acho que um outro convite aqui que tem a ver com a UERJ, a FFP, que está lá em São Gonçalo, a gente vai exibir o filme lá, o Rio Negro, no dia 8, agora, 8 de novembro às 18 horas também. Um filme que fala dessa perspectiva da população negra na construção do Rio de Janeiro, da identidade e também sobre a hipótese da saída da capital do Rio de Janeiro, porque o Rio de Janeiro era preto demais para ser capital do país e é isso que os governantes não dariam conta da pressão popular. E aí a gente navega pelas expectativas do calor, da interiorização, do desenvolvimento nacional. Acho que a gente faz uma hipótese ali, um pouco diferente desse filme, e é isso. De

novo, a linguagem, assim como o “Como sobreviver ao racismo ambiental” filme da galera da Visão que foi exibido lá no Fórum Rio lá em Queimados, o município mais negro da Região Metropolitana também e que tem uma produção ali incrível e pauta aí sim, e aquele desenrolo todo pelo Fórum acontecer, né? Porque a gente tinha três secretaria na mesma escola ali, né, para apitar sobre o que poderia ser pautado ali, o que é que poderia ser feito, enfim. Então todas essas tecnologias que são ali adaptadas para o dia a dia, para a sobrevivência, para a existência como eu falei. Enfim, e aí a gente vai ter exibição também no final do dia 24 de novembro, aqui no Renascença, como homenagem também às pessoas que participaram ali do filme. As narrativas e as falas que tiveram lugar nesse filme e, enfim, agradecer aqui também. Acho que as perguntas da capilaridade, acho que tem isso. Assim, o curso está rolando lá, né Ju, o curso de Políticas Públicas está acontecendo em Queimados, assim como aconteceu em Realengo. Realengo, aqui nessa guerra com a tomada, a gente fez o curso lá na grama sem tomada, porque era aos domingos de manhã para falar do parque e a gente queria mostrar o que a gente queria fazer dentro do parque, que era, como, por exemplo, discutir o bairro a partir da vida. Então também as tecnologias e metodologias ali, ah, vamos usar o que tem ali, as cartolinas aí também tinha a própria comida, era o lanche ali produzido também com as hortas que a gente tinha feito antes. Então, cursos de políticas públicas nas realidades e nas perspectivas de cada lugar, mas fazendo a atualidade também se expandir com relação a essas defesas, né? As Agendas são defesas. Temos ali a Agenda Caju para sair, Caju 2030. Estou nessa expectativa também, mas nada mais é também, a Agenda 21, de metodologia, que já vieram antes ali e aí é isso, reorganizando, atualizando suas pautas a partir das lógicas dos territórios. Enfim, agradecer, agradecer também o Dicionário de Favelas também adotou o verbete do CocôZap depois do seminário, foi muito legal isso. Então, fazendo a dura do GCD também, da geração cidadã didática que enfim a gente defende bastante aqui que seja de fato. acho que mais do que reconhecida, mais que seja também fomentada e pensada como sim uma produção de ciência assim como esses materiais todos e essa compilação toda de saberes, em que a gente busca fazer os métodos enquanto entidades aí da sociedade civil, mas que têm, sim na academia um parceiro imprescindível. Enfim, vou terminar dizendo do meu [não identificado] lá da Zona Oeste. Acho que é isso, o quão importante é ter pessoas, eu escolhi fazer Economia quando o economista foi lá falar na universidade privada que é próximo da minha casa, então assim que, que chance que se tem também de conhecer, por exemplo, um curso que não tem lá perto e dali dá a vontade de fazer e querer usar esses números aí para outros fins que não só calcular inflação, mas para a gente poder de fato pautar incidência e transformações no território. Obrigado, gente.

Gisele Moura: Queria convidar a Shirley agora para dar a palavra final e convites também.

Shirley Rosendo: Na verdade eu achei que já tinha terminado, porque eu falei para caramba. Então queria agradecer o convite, para mim é muito bom estar aqui e para a Redes também. A gente constrói processo de conhecimento junto na diferença e no retrocesso. Enfim, agradecer e dizer que a Redes também está aberta para todo mundo, para receber academia e quem tiver [não identificado], porque a gente também precisa disso, e queria aproveitar e convidar vocês no dia 24/11 a gente vai estar lançando duas pesquisas juntos. Eu entrei de férias e eles juntaram os eventos. Então, assim, o barco está com vocês, não posso reclamar, e que vai ser um puto desafio, porque assim, a Redes historicamente produz muita pesquisa. Acho que a gente produziu muita pesquisa na questão urbana, pensando o lado urbano, mas para a gente é inovador reproduzir conhecimento para a questão ambiental. Ué, a gente vai lançar uma análise de risco climático que a gente fez com o parceiro que vai olhar esse debate que está sendo feito sobre as inundações, enfim, ondas de calor e esqueci o outro tema. Inundações e ondas de calor muito provocadas por um dado que já vem sendo discutido, a COP já tinha apresentado que se nada fosse feito nos últimos 10/20 anos na Maré, Nova Holanda, por exemplo, some do mapa. E a gente tem que ter um pouco de cuidado, se não tudo vira culpa da crise climática e não porque o poder público não foi atuar, então acho que isso para a gente vai ser, enfim, a gente vai estar lançando essa pesquisa e a gente vai lançar um estudo que a gente fez um diagnóstico sobre qualidade do ar, ilha de calor e cruzando isso com o dado da saúde. Por que a gente fez isso? E aí volta o debate que a gente iniciou. Eu lembro muito dessa pesquisa quando a gente foi fazer ela, tinha muitas pessoas, não, não precisa fazer. Tem uma estação do outro lado de Bonsucesso. Falei “gente, claro que precisa fazer” porque aí a gente tem que realmente se apropriar dos teóricos que a gente conhece, que a gente acredita. Aí do [não identificado] ao local. Então a gente precisa entender como isso para a gente foi um dado muito surpreendente, assim. É muito triste, todos os dados, todos os dados são horríveis, mas ela traz, a pesquisa da qualidade do ar traz uma coisa de como que a sociabilidade é cultura e a relação com o poder público a favela também vai produzir uma péssima qualidade do ar. E a gente está cruzando isso com os dados de saúde. Então assim, ele é um diagnóstico preliminar feito com a tecnologia de baixo custo e que aponta caminhos para a gente. Então, assim, espero que não tenha nenhum tipo de operação policial. Eu sei que vai estar todo mundo na COP, mas não dava mais para adiar. Se não iam, minha equipe ia me matar, porque

eles já estão no final do ano. Mas enfim, depois a pesquisa também fica pública. Então quem puder ir, será bem-vindo.

Juliana Coutinho: Aí eu vou, não vou para a COP, então eu vou.

Shirley Rosendo: Vai ser à tarde de 14:30 às 17:00 hrs.

Vitor Mihessen: Depois vem para o Renascença, a sessão é às 19:00 hrs.

Shirley Rosendo: Faz uma programação só. Acho que é isso, obrigada.

Juliana Coutinho: Gente, eu gostaria primeiro de fazer um convite a todos, todas e todes que estiverem disponibilizado aí no dia 5 de novembro, a gente vai fazer um evento chamado Break free from plastic lá em Manguinhos. Vai ser o editorial de marcas feito pela coalizão Clima é de mudança, a coalizão tem essa pegada de pautar meio ambiente e clima partindo da periferia para a capital, porque esse fica muito concentrado, dentro da área burguesa da parada e a gente quer também entrar nesses discursos. Acho que também pautando um pouco a ida para a COP um pouco dessa perspectiva. Botar a favela também nesses lugares, mas eu estou muito preocupada com a Amazônia, então o meu foco é na Amazônia, não é na COP e aí em parte por isso que eu acho muito interessante participar também da questão da pesquisa da Redes. É, e aí esse evento vai ser o dia todo, vai ter, a gente vai passar, de manhã vai ser o editorial de marcas. Então, quem tiver vontade de entender.

Maria Ribeiro: Acho que explicar o que é editorial de marca, alguém sabe o que é editorial de marca?

Juliana Coutinho: Então, a editoria de marcas é o processo de coleta de resíduos em um determinado espaço, território e aí esses resíduos, é plástico, voltado para o plástico, entender como que é esse plástico, qual é a marca desse plástico, da onde que esse plástico vem, fazer essa base de dados e fazer essa incidência direcionada para quem está fazendo essa construção desse plástico. Então assim, a gente faz essa incidência direto com as marcas que promovem esse descarte impróprio de resíduos. E depois a gente vai ter um almoço e tal, depois vai ter apresentação dos filmes. A gente trouxe o pessoal da NEGRITAR que é o pessoal do Norte, para gente é muito importante também pautar o Norte e o Nordeste dentro

dessa discussão, porque não tem como a gente falar sobre clima, meio ambiente, qualquer coisa que seja, sem pautar o lugar que tem de fato as soluções verdes e tecnológicas para a gente poder adiar o fim do mundo. Então a gente está trazendo uma galera que faz isso através do audiovisual também que é o pessoal da NEGRITAR que vai pautar racismo ambiental lá da região amazônica e depois a gente vai ter uma roda de conversa pautando essa questão da justiça climática e racismo ambiental com os diretores desses filmes que vão ser passados, vai ter o lançamento do livro, né?

Maria Ribeiro: “O plástico, resíduos e eu” é um livro super didático que fala sobre o plástico em várias etapas, assim, de onde ele vem, como que ele chega até a gente, qual é o risco dele para o meio ambiente, para nós, fala sobre o microplástico também. E aí todo mundo que tiver e quiser ter acesso a esse livro, vai poder pedir lá no evento e conseguir levar para casa esse material ou para outras entidades que quiserem também receber. Só queria lembrar que para participar da auditoria de marca tem inscrição, então para vocês seguirem o Instagram do Clima é de mudança. Não porque eu faço a comunicação. E aí na parte da manhã que a gente vai ter auditoria de marca, precisa de inscrição, mas o resto do evento é livre e vai ter um show para encerrar bonitinho, então vai ser maneiro.

Juliana Coutinho: Vai ser no domingo o dia todo.

Maria Ribeiro: Dia 4, dia 5, desculpa lá na biblioteca parque de Manguinhos. E vai ser muito bom ter vocês, vai ser um momento muito legal assim.

Juliana Coutinho: E eu queria também dizer aí pegar o contato de pessoas de territórios que sofrem com enchente, que como a gente sabe, essas chuvas vão vir rasgando. E como a gente tem metodologia já pronta que funcionou, foi inclusive a oficina que a gente fez lá no Circo voador, né? No evento que a gente fez no ano passado, foi a oficina de combate às enchentes, antes, durante e depois. Então quem tiver aí, contato e tal a gente está fazendo um banco de dados para a gente poder direcionar essa oficina para territórios que sofrem diretamente. Então quem quiser aí meu contato, por favor.

Maria Ribeiro: Ai, gente, eu queria agradecer mesmo pelo espaço. Eu acho que muito do que a gente falou sobre essa questão da academia ter esse direcionamento do que é ciência ou não também acaba atingindo os moradores de favela muito na questão da autoestima, né?

Então, por muito tempo a gente desvalida muito do que a gente conhece e antes de eu entrar na academia de fato, para mim também era muito desvalidado o que eu sabia até então. Está nessa mesa, está nesse espaço, está dentro da UERJ falando sobre coisas que eu produzo coisas, que eu ajudo a produzir, coisas que estão acontecendo no meu território é uma coisa pessoal muito importante. Queria agradecer a todo mundo que está aqui, a mesa incrível. E também dizer que o data_labe também está super aberto, as nossas metodologias são todas abertas, estão aí para o mundo, para quem quiser, é só chegar. Quem quiser visitar a gente também. Quem quiser fazer parceria, a gente agora nesse ano está nessa missão de chegar em mais territórios para além do território da Maré, então quem também quiser se juntar, quem quiser estamos lá no Instagram também. Segue no Instagram do data_labe que eu também cuido. E é isso. Muito obrigada pelo espaço que a gente possa se encontrar, criando muita coisa, criando muito conhecimento e que a favela esteja cada vez mais mostrando o seu potencial para o mundo. É isso.

Gisele Moura: Bom, eu queria agradecer a todos que compuseram a mesa, agradecer o espaço também, e daí falar rapidamente também para quem quiser procurar a Rede Favela Sustentável. Aqui eu fiquei num negócio de guardar um pouquinho a potência da Rede, mas queria que vocês fossem lá conhecer. Eu acho que tenho aqui quase todos são parceiros e integrantes da Rede, então a rede é uma articulação muito grande, que dialoga várias coisas e que daí eu queria colocar só uma reflexão final para vocês levarem para casa, porque vocês estão aqui estudando e produzindo conhecimento sobre o social, e é uma questão que eu coloco sempre assim, se a gente fosse pensar a sociedade que a gente tem hoje os modelos sociais que a gente tem hoje, a partir do ponto focal e originário dos povos originários dessa Terra do Brasil ou dos povos que foram trazidos aqui em uma condição de escravizado, será que hoje a gente estaria em uma mesa debatendo injustiça climática, falta de água, valão sujo, saneamento básico, racismo ambiental e, enfim, essa caixa de pandora que se abre, né? E o quanto estudar o social e o quanto a ciência também não faz parte desse apagamento de saberes que podia estar estruturando as cidades, que podia estar olhando para o ambiente e incorporando ele nas relações, né, que se dão no dia a dia, então fica aí um convite para vocês que estão aí pensando nisso e queria agradecer a todo mundo pela mesa incrível, foi ótimo.